



TEATRO  
NACIONAL  
D. MARIA II

**Dossier Pedagógico**

**1974**

criação

**TEATRO MERIDIONAL**

**SALA GARRETT**

**18 de Nov a 19 de Dez 2010**

**4.ª a Sáb. 21h30 Dom. 16h**

**CO-PRODUÇÃO TNDM II E TEATRO MERIDIONAL**

## **FICHA ARTÍSTICA**

criação **TEATRO MERIDIONAL**

encenação **MIGUEL SEABRA**

assistência artística **JEAN PAUL BUCCHIERI**

dramaturgia **FRANCISCO LUÍS PARREIRA**

espaço cénico e figurinos **MARTA CARREIRAS**

desenho de luz **MIGUEL SEABRA**

música original e sonoplastia **JOSÉ MÁRIO BRANCO**

fotografia **SUSANA PAIVA**

com **CARLA GALVÃO, CLÁUDIA ANDRADE, DAVID PEREIRA BASTOS, EMANUEL ARADA, FILIPE COSTA, INÊS LUA, INÊS MARIANA MOITAS, MIGUEL DAMIÃO, JOÃO MELO, RUI M. SILVA** e **SUSANA MADEIRA**

có-produção **TNDM II** e **TEATRO MERIDIONAL**

M/12

# Sinopse



© Susana Paiva

“1974” tem como objecto temático a identidade portuguesa, cruzando três períodos da história de Portugal: Ditadura, Revolução de Abril e a entrada na comunidade económica europeia, hoje União Europeia, reflectindo ainda a nossa contemporaneidade.

Onze actores percorrem o tempo de um país, inscrevendo no espaço teatral fragmentos de situações ou instantes impressionantes que, partindo do real, são retrabalhados numa linguagem que pretende ultrapassar a *mimesis* ou a ilustração, tendo-se escolhido um ponto de vista sensorial, mas simultaneamente forte e impressionante para dizermos de nós identitariamente, nesta travessia pela história.

Partindo-se de improvisações temáticas, objectivas e factuais, traçadas como mapa de caminho, potencia-se formalmente cada segmento do espectáculo, conferindo-lhe dimensões diversas que vão do adensamento da poética à subtilidade do humor, que nos permitirá rir da nossa particular idiossincrasia. Não se pretende contar a vida de um país, mas pequenas fábulas sucessivas em que os actores vão sendo vários e múltiplos, em que as cenas se desenrolam numa espiral que não é explicativa, mas esboços e borrões abstractos de comportamentos sentidos no corpo dos actores e concretizados em cena.

Tanto a música como o espaço cenográfico em permanente mutação são ambos cenários desta concentração de tempo, enviando sinais que afirmam, complementam e potenciam a cena ou a distorcem para a perturbar.

Inserido numa das linhas de trabalho do Teatro Meridional em que a narrativa cénica assenta no acto teatral da expressão física, emocional e intencional do trabalho do actor e onde a palavra ou está ausente ou não é o seu principal recurso de comunicação, este será o sétimo espectáculo da Companhia que trabalha esta linguagem cénica e o terceiro espectáculo que tem como objecto temático a identidade portuguesa.

# Sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança?

No dia 25 de Abril de 1974, tinha 9 anos. Uma das memórias vivas que mantenho do tempo da ditadura é a das viagens a Badajoz. Um kilometro antes da fronteira, invariavelmente, meus pais pediam silêncio total e absoluto. Porquê? “Depois já podemos falar...”. Depois explicavam, ou tentavam inteligentemente explicar, o que hoje entendo ser inexplicável. E eu ficava com a imagem de que as coisas eram como eram e que dificilmente podiam ser de outra maneira, mas que para serem de outra maneira eu teria que, respeitando sempre a identidade do próximo, nunca deixar de pensar pela minha própria cabeça, ou seja de sonhar.

Assumido o desafio lançado pelo Diogo Infante, director do Teatro Nacional D. Maria II, meu amigo e companheiro geracional, para conceber um espectáculo que, à semelhança de outros realizados anteriormente pelo Teatro Meridional, se detivesse sobre a identidade portuguesa, várias questões se me colocaram.

Como falar de um país inteiro, da sua história e da sua identidade, quando nós próprios nem sempre conseguimos determinar quem somos? E o que é que permanece de realmente identitário independentemente do contexto social, familiar e de formação de cada um de nós? E hoje, num mundo globalizado em constante mutação, o que permanece realmente português? E como definir o que se escolhe contar da História Portuguesa neste grande período que atravessa várias décadas e que vai do Fascismo até à actualidade?



© Susana Paiva

Como criador e coordenador de uma equipa que gere as várias disciplinas de criação, como conseguir provocar-me e provocar teatralmente, questionar modos do fazer teatral, como encontrar uma linguagem comum que nos sintonize enquanto criadores na narrativa do espectáculo, e em cada tempo do tempo da narrativa da História?

Procurei um conjunto de criadores que, pelo seu percurso e pela admiração artística que por eles nutro, me ajudassem a questionar pressupostos de trabalho e contribuíssem para um olhar renovado sobre o processo da criação teatral, sabendo que construir este tipo de espectáculo é ter consciência que todas as possibilidades do espectáculo são possíveis de *sonhar*, de recriar, de ligar, de enunciar e de dizer – teatral, social, humana e politicamente - e que este imenso espaço de liberdade cria paradoxalmente um grande constrangimento.

Procurámos que a construção deste espectáculo tivesse a realidade como inspiração, mas que não fosse a ilustração de nenhum acontecimento e, mais do que mostrar o que foi ou como era, ou como é agora, quisemos descobrir o que se sentia, e o que o sentir dos outros nos provoca - mantendo sempre um pé na realidade e outro no teatro.

Como criador, o que mais admiro e gosto de ver num espectáculo é uma mesma linguagem que atravesse todos os criadores na sua manifestação artística específica. Que ela seja coerente ao nível dos códigos de comunicação, que cada projecto tenha uma identidade própria e que a sua singularidade seja identificável, reconhecida e partilhada pelas pessoas que o fazem.

Sonhar é ir além do que é real, e o espectáculo *1974* é uma fábula sobre a efemeridade da utopia, a história de uma bonita oportunidade e sobre o que dela fizemos, ou ainda não conseguimos fazer.

Já vivi o tempo suficiente para acreditar que sim, que o mundo avança quando reivindicamos o direito de sonhar e sonhamos as utopias, que são o subsolo ou um céu qualquer que queremos possível. E acredito também que a contaminação não se faz só com surtos de gripes ou de economias de fracasso. O que é bom contamina-nos, o que é belo também. E é por acreditar nisso que persisto, que enquanto colectivo persistimos.

Pelo sonho é que vamos?

**Miguel Seabra**

# 1974: preencha os espaços em branco

1. O presente espectáculo pronuncia-se sobre as consequências de uma história. As consequências podem ser: as que a história retirará de si mesma e que nós sentimos sob a forma de actualidade; as que nós gostaríamos de retirar da história, de modo, precisamente, a modificar o presente e a acelerarmos novas consequências (porque o presente talvez nos desagrade).

O título “1974” é já um indicador suficiente da história de que se trata. Porém, esse título não significa que os acontecimentos decisivos daquele ano constituam o manancial exclusivo, ou até predominante, do espectáculo. Um palco nunca é o melhor ambiente para este tipo de datas e acontecimentos. O próprio dos palcos é estarem, por assim dizer, aptos a todos os preenchimentos, à semelhança de uma incógnita matemática a resolver na equação ficcional. Datas como a de 1974, em contrapartida, arrastam consigo uma tal sobre-determinação de significado que toda a sua transferência ficcional se encontra, logo à partida, indiciada por corrupção. Arrancar a História a si mesma, preservá-la na sua condição e projectá-la ilustrativamente no domínio da representação teatral, seria sempre a confissão de uma insuficiência do teatro. Em particular, seria reduzir os meios teatrais à condição da triste fotografia que persiste na moldura velha: ali está ela, obrigada à grande mentira de ter de ser verdadeira.

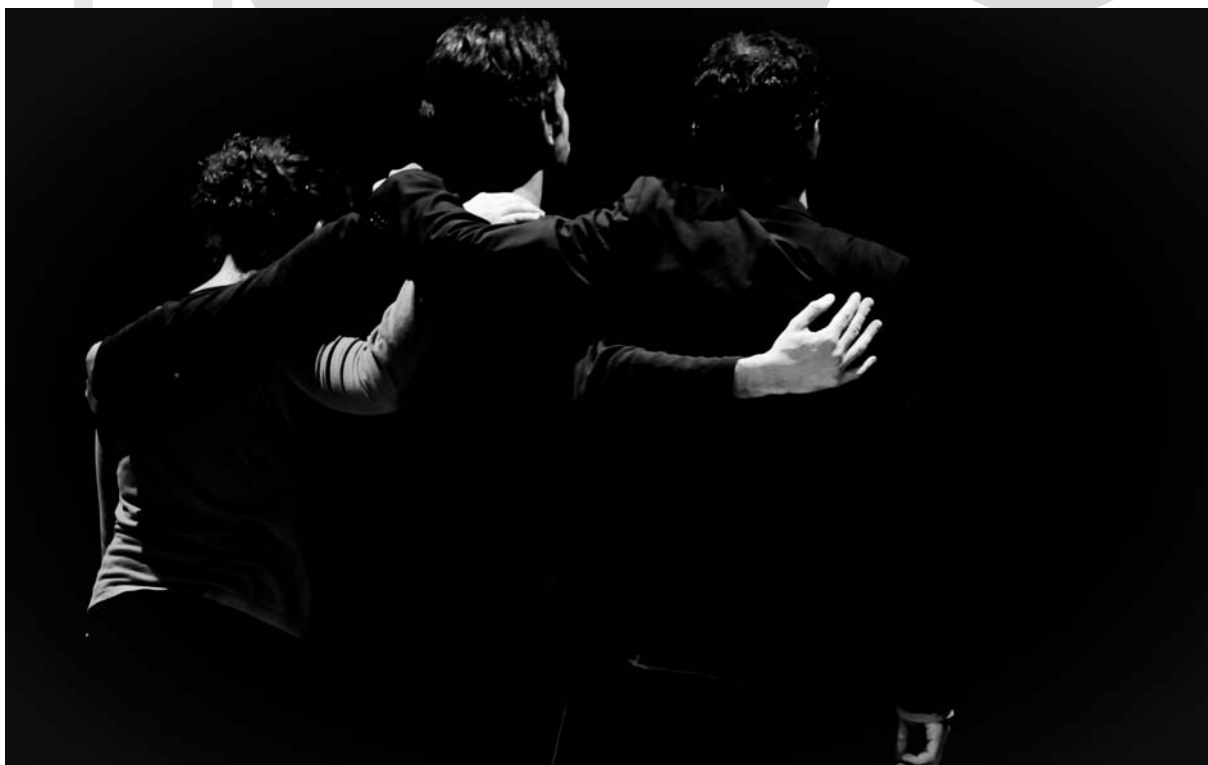
Embora o título “1974” não tenha assim valor referencial directo, ele exprime, no entanto, o compromisso que, desde o início, orientou o entendimento criativo do espectáculo e o modo como, ainda que *sub speciae fabulae*, se quis abertamente exposto a um tema regulador: o da História contemporânea portuguesa. O ano de 1974, na sua singularidade, tem o valor de um promontório. Quer dizer: assiste-lhe um poder concentrador das linhas determinantes daquela História; é a partir dele, por conseguinte, que, projectando-se para o passado e para o futuro, nos seus modos de continuidade ou de ruptura, essas linhas são apreensíveis no seu significado.

2. Essa apreensão é naturalmente o produto de um trabalho interpretativo. O meu contributo para o “1974” consistiu essencialmente na redacção de um texto, de latitude a um tempo dramaturgicamente e historiográfica, que correspondia a esse trabalho e de que o espectáculo recolhe algumas das suas percepções orientadoras. Tal trabalho não desejou rivalizar ou confundir-se com o trabalho do historiador. Nesse particular, as noções de objectividade e de prova a que o historiador confia o seu labor ser-nos-iam de pouco proveito. Tentou-se antes recolher os últimos oitenta anos de História portuguesa sob o ponto de vista da sua abertura dramaturgicamente. Apurou-se assim um número de categorias (ou estruturas simbólicas) não apenas capazes de recolher o que na História portuguesa recente — e também naquilo que se apresenta como dado imediato da experiência — se encontra em estado de dispersão, mas também de revelar o que nessa História e nessa experiência se mostra *em condição de envio* ao destino teatral. Por exemplo, circunstâncias históricas como as da clandestinidade e da censura, que associamos ao salazarismo, recolhemos nós sob a (convencionada) categoria dramaturgicamente do *segredo*. A forma de operacionalizar teatralmente esta e as outras categorias apuradas (e também a experiência que elas recolhem) consistiu em traduzi-las num conjunto de perguntas aptas a aplicação cénica (por exemplo: “onde se guarda aquilo que desaparece?”) e em atribuir à própria cena, em situação de ensaio, a faculdade de lhes responder. Não constitui uma extraordinária revelação se disser aqui que todo o êxito ou inêxito da arte se mede, em parte, pela qualidade da pergunta que a põe

em movimento. Também não será uma extraordinária revelação se mencionar que o centro dessa resposta, no trabalho do Meridional, é sempre o actor; e que a forma da sua resposta — contínua, reelaborada, aberta a todos os reenvios — é a improvisação.

3. Na liberdade permitida pela improvisação e pelo trabalho criativo em geral não há qualquer tentativa de suspender ou negar a objectividade. Falar da História não é apenas um privilégio exorbitante para quem, através do teatro, engendra a vida e de alguma forma a reparte. É também uma responsabilidade tremenda que não pode compadecer-se com faltas à objectividade. Mas todo o existir da História é o existir de uma narração: de uns para outros, quase sempre imposta. Porque o seu fundo é sempre o intolerável, porque nela está sempre em causa o intolerável da experiência, sempre esconde a História mais do que revela. Isto significa o seguinte: que a todo o momento a História aspira à condição de mito. E contá-la, como historiador ou como dramaturgo, é sempre revelar no modo da ficção aquilo que de facto, e desde sempre, já o é. Mas o teatro é talvez mais consciente desta condição especial da objectividade histórica: há mais de dois mil anos que lhe chama *tragédia* ou *comédia*.

A este respeito, não será talvez inútil lembrar o modo, talvez definitivo, como certo grego, num texto de influência milenar, captou a relação entre o teatro (isto é, a *poiesis* cénica) e a História. Assinalou Aristóteles, com efeito, que enquanto o historiador se ocupa com o que Alcibíades disse ou fez, o poeta cénico atribui a Alcibíades as acções e palavras que lhe cabem por natureza ou por verosimilhança. O palco não se ocupa com as coisas que são ou que foram. O seu papel é tomar conta do possível, quer dizer, salvar para o mundo da visibilidade, na forma de acções, aquela verdade necessária do seu assunto que a História (que é sempre uma pequena parte do drama) não chegou a conter. Não chegou, mas podia — e, enquanto não o faz, persiste a arte como o vigorar desse possível. Quem diz Alcibíades pode dizer Hamlet, por exemplo. Sabemos que um certo príncipe Amelothi povoou a historiografia medieval dinamarquesa. Mas a sua personalidade universal — quer dizer: o seu possível, o que lhe cabia por necessidade e verosimilhança — só no palco renascentista, e já sob o nome de Hamlet, é que pode ser revelado.



© Susana Paiva

4. É sempre na elaboração do possível que se envolve a relação mais autêntica ao presente. Olhar para o passado e pretender retirar conclusões é sempre um acto melancólico: de bom grado o confesso. O passado nunca foi mais do que o insuportável dos outros, o insuportável que os fez falar e agir. Mas o presente é o insuportável que nos faz falar a nós — e aqui não há olhar retrospectivo nem melancolia que nos possa valer. Mas é necessário que esse presente viva ainda em unidade, que também ele se recolha nas categorias que dão inteligibilidade ao passado nacional. A descoberta dessa unidade, ainda que ela se afirme em formas por vezes surpreendentes, e enquanto interpretação autêntica, tem de sustentar-se em categorias capazes, não apenas de fazerem prova de permanência, mas de reaproximarem factos e percepções que, na aparência histórica, surgem como desconexos, descontínuos e, às vezes, insignificantes, surpreendendo neles os laços de necessidade e verosimilhança de que a História é precisamente o processo de encobrimento. Isto seria válido não apenas para o interior de cada um dos períodos convencionados — Estado Novo, 25 de Abril, integração europeia e “normalidade democrática” —, mas também para aquilo que os aproxima ou identifica como totalidade, surpreendendo *formas persistentes da experiência portuguesa* que permaneceriam privadas de significado sem essa aproximação.

Referi acima o privilégio exorbitante que é tomar a História recente portuguesa como matéria de reflexão artística. Parte desse privilégio decorre da própria natureza dessa História e das singularidades talvez irrepetíveis, decerto enigmáticas, que a repletem. Refiro-me à História de um povo que, apesar de ter detido até 1974 o maior império territorial herdado da Idade Moderna, cometeu o feito, até aí inédito na História universal, de emigrar em massa *para outro lado* — no caso, os grandes centros urbanos europeus e americanos; à história de um estado que conduziu improvavelmente a mais longa guerra travada por um país europeu no século XX; de um país cujo principal fenómeno de massa na época democrática é o da falência da saúde mental e da corrida aos psiquiatras e aos psicotrópicos; de um país que ostenta o orgulhoso galardão de ter sido o primeiro a abolir a escravatura, mas que, quando se observa de perto a sua democracia e o modo como toda a experiência do homem democrático se condensa na figura quotidiana do desespero, quando se pondera a indigência completa dos seus objectivos, o ponto a que o mundo o deixou de interessar e o modo como já só se satisfaz nas suas recriações (o desporto, a televisão, a pornografia), o ponto a que é já incapaz de se reconhecer nesse estado iníquo que, por vezes, lhe vem pedir a esmola de um voto; e ainda mais quando sobre ele impende a acusação diária de uma dívida que não contraiu e que os filhos que terá em vão se esforçarão por pagar; e quando, em suma, o rebaixamento da vida colectiva desceu ao seu ponto mais vil e abjecto — é impossível não sermos sacudidos pela noção de que a escravatura não foi abolida, mas apenas generalizada, e de que cada português foi derrotado numa guerra que não se lembra de ter combatido e, como em todas as guerras, feito escravo e posto a trabalhar.

Este tipo de intuições, não apesar, mas precisamente porque emanam de uma certa intempestividade do presente, não podem ser deixadas à porta de qualquer esforço interpretativo. Introduzem, por outro lado, uma nova exigência nas categorias com que pretendemos recolher a realidade: a da intromissão do presente. O seu primeiro dever é sempre o de não trair o presente em que se enraizam as nossas perplexidades, o insuportável que nos faz falar.

5. No que acabo de afirmar, o leitor paciente terá talvez pressentido pelo menos uma implicação que, por meu lado, não tenho razões para deixar na sombra: a de que entre o Estado Novo e a normalidade democrática, por exemplo, não existe diferença substancial. Procedo de imediato ao preenchimento desse espaço em branco, aprofundando a categoria já referida: a do segredo. Por ela se avaliará a preocupação transversal do nosso trabalho interpretativo.

Associamos a clandestinidade a certa contingência exclusiva da resistência ao Estado Novo. Porém, a clandestinidade é a própria regra do totalitarismo. Toda a lógica totalitária pressupõe ou venera a clandestinidade. Também a polícia política, do ponto de vista

fenomenológico, é clandestina. Pode estar em qualquer lado — prisões, esquinas, redutos inacessíveis, mesmo na casa ao lado, até na família — mas sem se apresentar na sua condição. A clandestinidade, na experiência totalitária, espalha-se a todo o tecido social: o pária, o louco, o mendigo e o homossexual, mais tarde o desertor e o emigrante, são também depositários dessa clandestinidade portátil; por fim, qualquer indivíduo se torna clandestino a si mesmo; também ele, na esfera relacional, traduz a clandestinidade e a exclusão sob a forma de comportamento: ao resultado disto chama-se brandos costumes, respeito e humildade ou, para chamar as coisas pelo nome: culpa. Nisto se revela, não apenas de que modo a realidade totalitária está afectada integralmente à lógica da clandestinidade, mas, o que é mais interessante, o modo como a vida no regime totalitário confina de muito perto com a experiência arcaica do mistério ou, se quisermos, do segredo.

Vejamos agora de que modo esta categoria estabelece também a sua unidade significativa no presente da democracia — um presente que, por princípio, repudiaria apresentar-se como sua exemplificação. Com efeito, a democracia é o reino da justificação. Ao contrário do que ocorria no salazarismo, a democracia pressupõe a noção de “espaço público”, a evidência do que acontece e porquê. Mas a ordem das causas refinou-se a tal ponto — e o mistério continua a ser tão essencial à política — que a democracia teve de inventar a figura do especialista. O especialista, na sua mera existência, é a garantia de que há sempre alguém junto de quem as causas são perceptíveis — o que basta talvez a sossegar os restantes. Mas como o especialista trabalha sempre no sentido de se tornar insubstituível, precisa ele de manter o carácter inviolável, e até exclusivo, da sua área de competência, a tal ponto que essa área, subtraindo-se à experiência comum e ao regime da opinião, dependerá cada vez mais de um critério e de um acesso de natureza técnica. Por aqui se vê a que ponto a representatividade democrática é gradualmente limitada e restringida, tal como é ineficaz ou desqualificada a opinião que a fundamenta: porque proliferam, sobre o terreno da experiência comum, as áreas reservadas à técnica dos especialistas. Ora, este é o correlato na democracia da clandestinidade geral do salazarismo. Nesta forma de clandestinidade, o que em princípio corresponderia a uma área comum de experiência política, como a economia, torna-se um domínio vedado a quem não possua a competência correspondente. Estamos, assim, de novo, em pleno vigor do mistério. É para manter o mistério — isto é, para manter o efeito sem que nele transpareça a causa — que os “especialistas” da economia a descrevem hoje com o mesmo tipo de linguagem anteriormente usada para descrever a natureza. Descreve-se a “crise” como se fala dos flagelos naturais incondicionados; dos mercados e da indexação de taxas financeiras como se tivessem caído, não de mãos humanas, mas do céu, como os meteoros.

A manutenção do mistério económico com apoio numa linguagem extraída da experiência natural é possível por uma razão surpreendente: porque a própria natureza, na chamada sociedade democrática, se tornou ainda mais enigmática e, inclusivamente, o que de mais oculto habita agora a experiência humana. A prova disso é o entusiasmo com que a democracia acolhe tudo aquilo em que gosta de detectar um grau de enigma; o modo como ela, indefesa perante o oculto, se apressa a tomar-se de pânico na iminência de epidemias, vírus, catástrofes higiénicas ou naturais — que ela própria inventa porque secretamente as anseia —, a morte nas suas várias declinações, desde os acidentes na estrada até aos crimes passionais. A natureza é o pânico porque, na experiência democrática, é a única forma em que se tornou possível viver uma noção de destino. No totalitarismo, o destino é sempre político. É essa a característica última da miséria e desolação salazarista: o da política transformada em figura da fatalidade. Mas nisso havia ainda, pelo menos, uma evidência do político. Na miséria e desolação democrática, o político exilou-se na natureza e na morte. E os que se congratulam com a laicização do Estado na democracia, deveriam antes temer esse jugo, mais potente e letal que o do catolicismo salazarista, que se apoderou hoje do homem democrático: a nova religião ainda mais intoxicante dos telejornais e da televisão, da publicidade, dos empréstimos bancários e do sistema educativo, toda ela consagrada à ameaça e à inevitabilidade de um destino cuja antecipação é sempre catastrófica e perante o qual, a todo o momento, se faz o triste espectáculo da salvação e da felicidade.

6. Após o exemplo, uma fábula, com que termino.

Do mês de Abril, é costume recordar duas datas: o dia 1 e o dia 25. A ambas as datas já só acodem incertas pontualidades festivas. Festivo era, por exemplo, o modo como os jornais e telejornais suspendiam no dia 1 o seu dever de informar e enganavam o público com risonhas falsidades. Agora que, com o mesmo sentido festivo, não se limitam a essa data, é de presumir que ela tenha perdido sentido e que não haja razão para circunscrever a comemoração a um dia particular do calendário. O dia 25 também terá perdido o seu sentido, mas não porque, por assim dizer, se tenha dissolvido nas datas circundantes: bem pelo contrário. A esperança e furor de que se reclamou originalmente quiseram alguma vez contaminar todas as outras folhas do calendário. Mas, ao contrário do dia das mentiras, em vez de expandir-se, contraiu-se. Hoje é muito claro que o dia da liberdade é um só. É o próprio das efemérides: o seu limite é a meia-noite e o virar do calendário.

Que os significados iniciais destas duas datas não tenham permanecido intactos só pode ser interpretado num sentido: a comunidade que se reconhecia neles encontra-se agora sob o efeito de uma poderosa amnésia. Imaginemos (sempre no modo da fábula), as conseqüências desta perda de memória. Com o tempo, conservar-se-á o essencial — que, em Abril, havia duas datas — mas tornar-se-á impossível saber o que atribuir a uma e outra. Em certa medida, ambas se confundirão. *Saber-se-á que foi em Abril, e até se terá uma ideia do que aconteceu, mas sem se saber exactamente o quê nem quando.* O mais certo é que as datas venham a ser trocadas; e chegar-se-á, por fim, ao ponto de concluir que a revolução aconteceu precisamente no dia das mentiras, enquanto que, por via desta inversão, no dia 25, todos — operários e patrões, especuladores e vítimas da usura (não tenho uma imaginação tão rica que me permita distinguir outras categorias sociais) — se sentirão predispostos a pregar uma partida ou a contarem a sua mentira. Nesta fábula, devemos ver aquele elemento de ironia a que toda a história colectiva paga o seu tributo: é que, de facto, se a comunidade perdeu a memória, então, seja qual for a data em que a revolução ocorreu, ela não pode ter sido outra que o dia das mentiras.

**Francisco Luís Parreira**

Em tudo quanto fazemos, estamos sempre a contar a nossa história pessoal, porque ninguém conta nada a ninguém sem recurso às emoções, e só as emoções vividas são emoções comunicáveis. Aprendi com Manuela de Freitas, João Mota, Gutkin e Listopad que toda a música é também teatro. Toda a música é ao vivo, é presencial mesmo quando gravada – porque só existe música quando alguém a ouve. Como só há teatro quando alguém o presencia. Não há arte sem partilha, não há obra de arte sem co-criação.

A distância entre as idades destes actores e atrizes e a minha, com a idade do Miguel Seabra mais ou menos a meio dessa distância, trouxe diferentes histórias pessoais para a história que se quer contar. Nos sons e nas músicas – como nas cenas – potencia-se a partilha por meio da estilização e da metáfora. Com a recusa radical do naturalismo e dos clichés.

A música é uma forma de sonoplastia, uma escultura de sons e silêncios. No teatro ela tem de fazer parte da carne dos actores, como tudo o resto. E o mais difícil é gerir o silêncio – como quis mostrar John Cage, em 1952, com o escândalo da obra “4’33” feita apenas de silêncio – porque, como disse um Mestre, “a inspiração é uma dama caprichosa que só entra em casa bem arrumada”.

Arrumar a casa é dispôr-se a enfrentar o silêncio, a página em branco, o vazio e a totalidade do actor que se entrega. Na música, o compositor é aquele que ouve a música antes dos outros. Toda a música é possível, todos os sons estão disponíveis no infinito catálogo. Quando foi gravado o álbum “Cantigas do Maio” de José Afonso, em 1971 nos arredores de Paris, o editor perguntou-me “Porque é que você me leva o mesmo preço por todos os arranjos? Há uns que quase só têm a voz do cantor... Não deviam ser mais baratos?”. Respondi-lhe: “Está enganado, deviam ser mais caros. Você não me paga pelos instrumentos que eu ponho. Paga-me pelos que eu tiro. Porque, à partida, todos eles estão disponíveis na minha cabeça.” Toda a expressão está disponível no vazio, porque o nada é, em essência, a disponibilidade de tudo; só se realiza a expressão por meio dos significados. É isso que condena ao fracasso o grande embuste – estético, técnico e ético – que é o pós-modernismo, o embuste da oposição entre forma e conteúdo, uma vez que toda a forma é significado e, consequentemente, compromisso.

O método de trabalho de Miguel Seabra com estes actores e atrizes consistiu em conquistar esse vazio preñado de toda a criação. Limpar, tentar conhecer todas as células do corpo, todas as imagens das emoções, todos os milissegundos do tempo e da luz. Quando, no início dos anos 1970, se fez um inquérito sociológico junto de emigrantes portugueses na região de Paris, contaram-me a história de um sexagenário que vivia numa barraca do *bidonville* de Saint-Denis; trabalhava 12h por dia na Citroen, na outra ponta da cidade, de inverno saía de noite e voltava de noite. A sua barraca ficava junto ao local onde todo o bairro francês contíguo despejava o lixo. Quando chegava a casa extenuado tinha de pegar numa pá das obras – que deixava do lado de fora da barraca – e abrir caminho por entre a montanha de lixo para poder abrir a porta e entrar em casa.

O sistema em que vivemos asfixia-nos com estímulos, cada vez mais frequentes e intensos, mas cada vez mais pobres e empobrecedores, cada vez mais iguais uns aos outros. Para conseguirmos “entrar em casa” temos de varrer toneladas de lixo. Só assim se cria espaço para o silêncio, para as emoções, para as vastas paisagens da alma. É gratificante trabalhar com estes actores, este encenador, esta equipa. Porque, aqui, não se ocupa o espaço comunitário, que o palco é, com clichés e irrelevâncias - sabe-se que tem de haver uma grande razão. A música e os sons são parte dessa busca radical.

**José Mário Branco**

# Folha de Papel

Quando se rasga uma folha de papel ao meio, o que fica são duas partes do mesmo papel e um espaço vazio no meio. Este espaço vazio, no entanto, desenha-se mais do que um intervalo, surge como o “espaço entre” duas coisas. O acto de rasgar o papel é responsável pela separação entre as duas partes, que se analisarmos bem acabam por não ser muito diferentes entre si, uma vez que, sendo parte de um todo, transportam a mesma densidade e logo a mesma identidade. Mas a forma como se apresentam é diferente. Se esta folha fosse um país, Portugal poderia ser um dos perfis da metáfora associada à ideia de transformação pelo corte ou pelo rasgo com um regime instituído. A divisão de dois períodos da História separados por um impulso de decisão consciente. Este rasgão, este vazio, este nada que se abre, este “espaço entre” transporta em si tudo o que não é feito da matéria das outras duas partes. Sítio onde se experimenta uma espécie de apneia, onde finalmente se respira sem consequência, uma promessa de utopia, uma ideologia do ser e do estar que se fundamenta no sonho, ou vir à tona depois de toda uma existência debaixo de água. Este buraco vazio acolhe em si tudo o que se permite ao homem acreditar e por momentos constrói o espaço que de entre todos só a arte pode propor, longe do que é real.

A experiência da liberdade traz a consciência da insatisfação e a revelação da vontade e do desejo.

O tempo pára, fica suspenso, e o corpo também, pois a própria gravidade experimenta a liberdade de simplesmente não se exercer.

Mas não pode durar muito tempo, dura apenas o tempo de uma respiração, de um salto em comprimento e quando voltamos a pisar o chão percebemos que tudo voltou a mudar, que alguém já organizou as coisas enquanto estivemos a gravitar, que já estamos de novo num comboio para outro sítio, ou estamos de volta às mesmas águas. A pausa acabou, o tempo acabou. Agora, para nosso bem, as coisas estão de volta aos eixos, e não precisamos de nos preocupar mais com a ideia de liberdade porque alguém já está a fazer isso por nós. Sem percebermos ainda o que nos aconteceu e sem tempo suficiente para aprendermos no corpo e na alma o que é viver em liberdade, já pertencemos a algo maior que nos há-de guiar à vitória.

## MANIPULAÇÃO

A metáfora da folha de papel mostra também que nem tudo está nas mãos do homem, é difícil prever todas as variantes que estão envolvidas quando rasgamos uma folha de papel, mas podemos sempre manipular o acontecimento com o tipo de papel, a forma como se rasga, a velocidade do gesto, etc. A presença de manipulação foi um traço que se revelou constante no estudo destes períodos da história de Portugal. Parece haver sempre uma mão de seres, erguida, que manipula os cordéis da vivência quotidiana. Quando, força maior, paixão, ideologia, sonho, cansaço, medo, fome ou rendição essa mão de gente cai, logo aparece uma outra que, mais fechada por oposição, começa lentamente a elevar-se em escala e a instalar a mesma marioneta de manipulações.

## A ESPERA

Há qualquer coisa de antropológico nesta coisa da espera. Entre o inevitável e o imprevisível não há diferença. Por um lado eu sei que algo vai acontecer, portanto não estamos a falar do acaso ou do imprevisto, por outro, como eu já aceitei o que há-de vir, não vou investir em algo que possa evitá-lo, mais, se eu já estiver à espera de algo, nunca sou apanhado desprevenido, portanto espero. Fico calmamente à espera, a respirar uma qualquer brisa salgada, numa varanda onde se pede um desejo e se despede um beijo. O destino e o fado sofrem de aceitação imediata e o optimismo pagão ainda agradece o trágico, por este não ter sido pior. E à espera nos sentamos. À espera do comboio, à espera que o tempo passe, à espera que alguém faça qualquer coisa, à espera de uma revolução, à espera que alguém dê as ordens, à espera de quem parte, de quem chega, da senha B, à espera que a mosca poise, à espera do inevitável, à espera que Deus exista, que a Selecção ganhe, que o céu não nos caia em cima da cabeça, que amanhã não chova, que alguém caia da cadeira, que haja uma nova revolução.

## PORTUGAL VISTO DE CIMA

Quem vier do outro lado do mundo a andar, chega aqui e tem de parar. A terra acaba.

Quem vier do outro lado do mundo a correr chega aqui, pára, e espera. Aqui o tempo é ainda diferente, tem que parar. Parar hoje em dia é tão precioso, que eu digo valha-nos esta margem boa!

Ao afastar o olhar do meu país, olhando das nuvens, para assim o conseguir ver, encontrei um grande cais, um ancoradouro de onde se parte e se chega e nos entretantos se espera. No espaço entre duas chegadas e duas partidas está o nosso espaço de ser, o nosso “espaço entre”. O espaço entre o resto do mundo e o mar, este é o nosso território de existência, é este o espaço que temos para acontecer, assim como no palco criamos um espaço limitado entre o público e o mundo que carregamos às costas. Criamos uma beira mar que é também uma beira terra.

Poder-se-ia descrever como pedaço de terra que se habita entre o resto do mundo e o resto do mar.

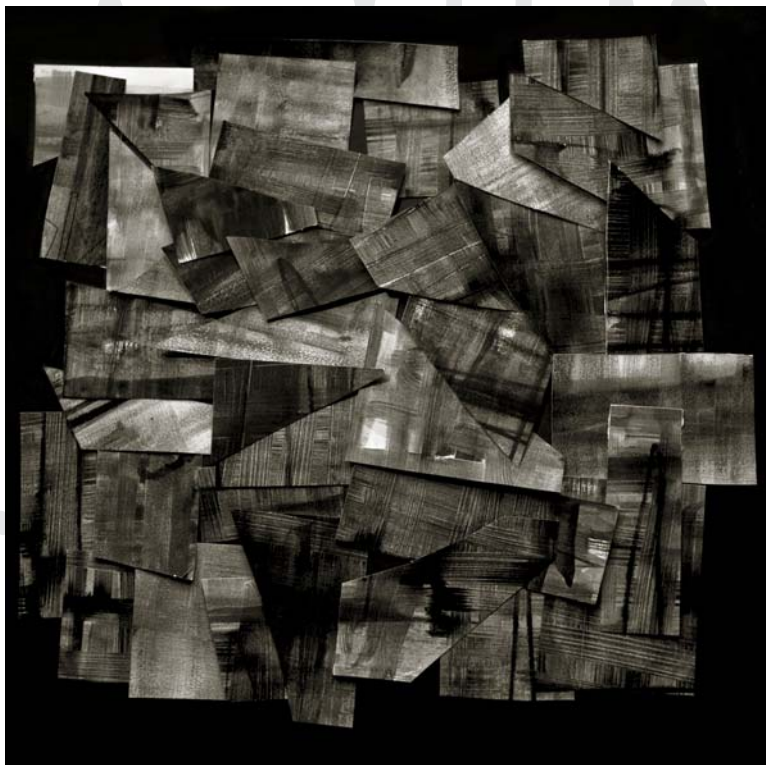
Um intervalo entre dois restos, duas imensidões, um “espaço entre”. Portugal é também um porto de abrigo meigo e generoso, um tapete comprido onde se pode ler BEM VINDO em várias línguas, que bem vê quem vem, e bem quer a quem vai.

Ao fundo o mundo ou Portugal país suspenso, amordaçado, pendurado, silenciado, manipulado. Estagnado e sob tensão faz o que pode. Balança-se com alguma brisa, acolhe as marés. Protege e vê partir toda a gente. Edifica a ordem, mostra-se imperial, oponente, com escala, representa a fachada da boa forma, saúde e bem-estar. Eleva-se em muro, em muralha que de todas as edificações é a que a história viu mais ligada ao poder e à fé. Mas depressa se desmorona, vai à ruína e se desfaz como castelo de areia. Tal como um povo, um país também rebenta, também diz não, também desiste e emigra e depois volta a erguer-se, a levantar-se e a reconstruir-se de novo.

## TRAJES DE SOMBRA

E os caminhos abrem-se deixando passar as sombras das figuras que se movem aos poucos, sempre pelos mesmos pisos, sempre com os mesmos sapatos. Mas os tempos mudam, mesmo quando não queremos e os sapatos já são outros e os casacos, as gabardines e os chapéus de palha. Mas os corpos permanecem corpos, e os xailes e as mantas que os cobrem ainda se mantêm do mesmo tamanho e forma, são traços de uma identidade que se encosta a ver os tempos passar.

Os figurinos surgem assim como silhuetas que animam a paisagem. Se um homem se aproxima ao longe, posso não saber quem é mas sei que é cá dos nossos, porque a sua silhueta transporta a identidade física do seu povo. A procura desta identidade assenta na conquista de uma simplicidade que afasta recortes de estilo do traje tradicional ou identificativo, apostando sim num fato base que seja capaz de atravessar todo o espectáculo como um risco grosso de carvão. Formas escuras de noite e de dia, que se transformam aos olhares da própria sombra, onde o que vemos às vezes mais não é do que o rasto que fica na memória da figura que passou.



Desenho da maquete do cenário

## CHÃO GENTIL DE PEDRA DURA

Pelas mãos calejadas, ou pelas mãos retornadas a casa e pelas gentes que ainda foram ficando se remonta um país, como na cena. A vida volta-se a montar devagar, pronta para acontecer como todos os dias, como pela primeira vez só que de novo, uma outra vez. E tudo se transforma mais uma vez e o espaço volta a mudar, e as pessoas voltam a voltar, e as coisas têm agora outras formas e outras cores mas são as mesmas por dentro. A base é feita da mesma areia, o chão que se pisa e esmigalha é sempre o mesmo. A base das calçadas, das escamas de peixes antigos que permanecem debaixo dos nossos pés, das pegadas de todos aqueles que já partiram, lâminas de xistos e ardósias estilhaçadas. O chão não tem descanso, um dia é monte de ir com gado, outro é praça de montar praça, ou estrada para barricar, ou largo de fazer greve, ou terreiro de revolucionar. Não tem poisio este piso, vive de ser tomado, chão testemunha do medo e do frio, da fome e do silêncio, cúmplice do segredo, onde se desenha o jogo da macaca, ou se salta ao pé-coxinho. Chão de calcar com botas de marcha, ou de ser pisado feito lagar, chão de cantar o fado, de ir rezar, de votar, de falar com um candeeiro na rua. Chão de beijar em forma de agradecer à vida a história que temos para contar.

**Marta Carreiras**

# Lógicas de Criação do Espectáculo



© Susana Paiva

Uma das linhas de trabalho que tem marcado o percurso do Teatro Meridional desde a sua formação em 1992 tem sido a produção de um conjunto de espectáculos em que a escrita cénica não tem na palavra o seu principal suporte. “Ki Fatxiamu Noi Kui” (1992), que inaugura o Teatro Meridional na sua formação inicial e na sua primeira produção, cria esta linha de trabalho, tornada depois sequente em 1993, com “Cloun Dei”, “Cloun Creolus Dei” em 1999, “Histórias 100 Tempo” em 2001, “ Para Além do Tejo” em 2004, “Por Detrás dos Montes” em 2006, “ Lisboa Invisível” em 2008, “VLCD! Do lugar onde estou já me fui embora” em 2008 e, finalmente, “1974” que estreia em Novembro de 2010 no Teatro Nacional D. Maria II em Lisboa.

Este conjunto de espectáculos tem tido como pontos de partida temáticas muito distintas que têm surgido da necessidade interna da Companhia em questionar paradigmas de natureza diversa: sociais, existenciais, identitários e universais. A construção deste tipo de espectáculos exige um permanente questionamento sobre as linguagens comunicacionais do actor, o preenchimento dos espaços do vazio entre o palco e a plateia e a escolha de signos que os corpos escrevem e inscrevem na cena. Procura-se problematizar, formal e continuamente, a inteligibilidade e a singularidade da escrita cénica.

As temáticas que estão na base de todos estes espectáculos, temáticas essas que nos colocamos a nós próprios ou que têm partido de desafios para a sua criação vinda de Parceiros Teatrais - CCB, Teatro Municipal S. Luiz, Teatro Nacional S. João, Teatro Municipal de Bragança e, agora, TNDM II - , têm abrangido sempre um universo profundamente amplo e susceptível de ser tratado de uma forma segmentada, elegendo uma realidade ou um eixo dramático significativo, inferindo a partir daí a dimensão de todo o universo temático. No entanto, tem sido sempre nossa opção incorrer no risco de expandir a sua abrangência, fixando-nos depois em momentos específicos onde detemos a acção. Utilizando uma metáfora cinematográfica, partimos sempre do plano geral e só aproximamos ao plano próximo e grande plano quando entendemos que a acção dramática ou que o trabalho encontrado na cena o justifica.

Todos estes espectáculos se iniciam naturalmente com uma pesquisa prévia ao início dos ensaios, pesquisa essa que é documental, literária, fotográfica, histórica, sonora e pictórica. Estabelecem-se também aprioristicamente alguns pressupostos do trabalho formal da cena e percebem-se quais as eventuais disciplinas de trabalho que o processo de ensaios deve conter.

Escolhem-se depois os criadores e definem-se os actores para a constituição do elenco. A selecção dos actores procura ser sempre profundamente cuidada, pois é a partir do questionamento da cena que o espectáculo se constrói. No caso particular do espectáculo "1974" procurámos, dado que o nosso universo é Portugal inteiro, que os actores reflectissem essa diversidade sendo os actores oriundos de vários lugares do país.

O processo de trabalho inicia-se normalmente com alguns encontros entre os diferentes criadores, entre um ano a seis meses antes de se dar início aos ensaios específicos para o espectáculo. Estes encontros têm como objectivo aproximar linguagens e criar códigos cénicos e de trabalho comuns.

Definem-se ainda e previamente algumas directrizes de espectáculo; presença ou ausência de diacronia, personagens fixas ou actores desmultiplicados em várias personagens e os seus principais eixos narrativos.

No período dos ensaios e durante as primeiras semanas de trabalho, procura-se que os actores estabeleçam uma boa dinâmica de grupo e fiquem com códigos de trabalho, humanos e teatrais partilhados. É feito também um trabalho de visionamento dos materiais de pesquisa que vai encaminhando e clarificando as direcções de sentidos do espectáculo.

Parte-se depois para o trabalho de improvisação a partir de conceitos que se entenderam ser estruturantes do percurso narrativo. A criação e/ou as sugestões musicais e plásticas vão construindo conjuntamente uma teia plurisignificante, redimensionando permanentemente as cenas e criando o sentido global do discurso cénico. As cenas são depois depuradas e trabalhadas ao pormenor e ligadas entre si de forma a escreverem um texto cénico.

Todos estes trabalhos têm tido a particularidade de, ao existirem como discursos abertos, estarem sujeitos a sofrer alterações, inclusivamente durante o período de temporada e itinerância dos espectáculos. Após o trabalho estreado, todos os dias são ensaiadas algumas cenas, visando ajustes rítmicos, de intenção ou de marcação.

Nenhum destes espectáculos procurou ser antropológico, histórico ou testemunhal. É sempre um olhar subjectivado, construído por um colectivo de criadores e filtrado pela escolha da encenação.

“1974” parte de uma realidade objectiva e factual, em que a narrativa cénica obedece necessariamente a uma diacronia, pois o espectáculo foi sumariamente dividido em três grandes períodos de tempo da História de Portugal. No entanto, dentro de cada período, não houve a preocupação de que a narrativa cénica obedecesse a uma exacta e factual sequência temporal, tendo sido construída a partir de fragmentos e situações significativas, assumindo-se a dimensão de fábulas sucessivas, procuradas entre a poesia e o humor. Partindo de um universo temporal e histórico, não se pretenderam factos ilustrativos ou documentais, mas expressões emocionais e teatrais que nos remetessem a estados que possam aproximar o público da sua memória, ou criar uma memória em que não a viu nem viveu.

E procura-se sempre que aquilo que sugerimos na cena seja um ancoradouro e também um cais e ... um barco, que nos leve em viagem, mas que nos permita o regresso ao melhor lugar de nós.

### **Teatro Meridional**


# Teatro Meridional

O Teatro Meridional é uma Companhia portuguesa vocacionada para a itinerância que procura nas suas montagens um estilo marcado pelo despojamento cénico e pelo protagonismo do trabalho de interpretação do actor, fazendo da construção de cada objecto cénico uma aposta de pesquisa e experimentação.

As principais linhas de actuação artística do Teatro Meridional prendem-se com a encenação de textos originais (lançando o desafio a autores para arriscarem a escrita dramaturgíca), com a criação de novas dramaturgias baseadas em adaptações de textos não teatrais (com relevo para a ligação ao universo da lusofonia, procurando fazer da língua portuguesa um encontro com a sua própria história), com a encenação e adaptação de textos maiores da dramaturgia mundial, e com a criação de espectáculos onde a palavra não é a principal forma de comunicação cénica.

Realizou até à data 35 produções, tendo já apresentado os seus trabalhos em 17 países – Argentina, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, EUA, França, Itália, Jordânia, Marrocos, México, Paraguai, Timor, Uruguai – para além de realizar uma itinerância anual por Portugal Continental e ilhas.

Desde 1992, ano da sua fundação, os trabalhos do Teatro Meridional já foram distinguidos 22 vezes a nível nacional e 7 a nível internacional, dos quais relevamos os seguintes: Prémio Acarte/Madalena Perdigão (Fundação Calouste Gulbenkian), 1992; Prémio Nacional da Crítica (Associação Portuguesa de Críticos de Teatro), 1994; Globo de Ouro para o melhor espectáculo de Teatro (SIC/Revista Caras), 2006; Prémio Nacional da Crítica (Associação Portuguesa de Críticos de Teatro), 2004; Prémio Revelação do Público (FESTLIP, Brasil), 2010; Prémio Europa Novas Realidades Teatrais, 2010.



# ANTOLOGIA DE TEXTOS

# 25 de Abril

## **0.20 horas**

Pela voz de Leite de Vasconcelos, através dos potentes emissores da Rádio Renascença, ouve-se a primeira quadra da canção «Grândola Vila Morena», de José Afonso:

*Grândola vila morena  
Terra da Fraternidade  
O povo é quem mais ordena  
Dentro de ti, ó cidade.*

Era o sinal confirmativo do desencadear das operações contra o regime.



José Afonso (ao centro), Fausto (à esq.), Vitorino e Adriano Correia de Oliveira (atrás) dão corpo ao primeiro concerto livre no S. Luiz, 1974. © Diário de Notícias

## **Das 0.30 às 3 horas**

Movimentações na Escola Prática de Artilharia, onde Santos Silva assume o comando da unidade e faz sair uma força comandada por Oliveira Patrício e por Mira Monteiro tendo por destino o Cristo Rei em Almada; na Escola Prática de Cavalaria, onde Costa Ferreira assume o comando da unidade e faz sair uma força comandada por Salgueiro Maia com o objectivo de ocupar o Terreiro do Paço.

Movimentações em Santa Margarida onde o pessoal das Companhias de Caçadores 4271 e 4246 se prepara para ocupar as antenas da Emissora Nacional situadas em Porto Alto; movimentações em Tomar, donde sai Hugo dos Santos para constituir um grupo de comandos destinado a neutralizar o 2º Comandante de Cavalaria 7, Ferrand de Almeida; movimentações em Viseu, donde sai uma Companhia que se juntará a outras forças na Figueira da Foz; movimentações no Campo de Tiro da Serra da Carregueira, onde se constitui um grupo de homens comandado por Oliveira Pimentel e Frederico Morais, com a missão de tomar os estúdios da Emissora Nacional na Rua do Quelhas.

Movimentações ainda em unidades da Região Militar de Lisboa: Batalhão de Caçadores 5, Regimento de Cavalaria 7, Escola Prática de Administração Militar (com constituição de um grupo de homens, comandados por Teófilo Bento, que tem por objectivo assaltar as instalações da Televisão, ao Lumiar), Escola Prática de Engenharia (que deve fornecer munições e juntar-se às forças vindas de Santa Margarida).

### **3 horas**

Sacramento Marques, Comandante do CIOE de Lamego, dá ordem de saída a uma companhia de comandos, sob as ordens de Delgado da Fonseca. Missão: fazer o itinerário Lamego-Porto e ocupar a delegação da PIDE/DGS na capital do Norte.

Carlos Azeredo, Eurico Corvacho, Albuquerque e Boaventura Ferreira penetram no Quartel General da Região Militar do Porto e transformam-no em Posto de Comando do Movimento no Norte do País.

Ocupação quase simultânea de pontos vitais da capital. Começam a ser enviadas para o Posto de Comando as confirmações em código:

- Rádio Televisão Portuguesa, Teófilo Bento informa «Daqui é maior de *Lima Cinco*. Acabamos de tomar Mónaco sem incidentes».

- Rádio Clube Português, Santos Coelho informa «Aqui Grupo Dez. Informo México conquistado sem incidentes».

- Emissora Nacional, Frederico Moraes informa «Daqui maior de Lima Dezoito. Informo ocupámos Tóquio sem qualquer incidente».

- Quartel-General, Cardoso Fontão informa «Canadá foi ocupado sem incidentes».

### **3:30 horas**

Santos Júnior, Comandante da PSP do Porto, telefona para o Comando da GNR informando que o Quartel-General da Região Militar foi tomado por um grupo de oficiais revoltosos. As ordens não se fazem esperar: prevenção rigorosa. Contactos entre GNR e PSP e Regimento de Cavalaria 6 para libertar o Quartel-General. Arriscado Nunes e Martins Rodrigues, Comandante e 2.º Comandante do RC 6, recusam colaborar e aderem ao Movimento. Contactados Rui Mendonça e Carneiro Magalhães, respectivamente do Regimento de Infantaria 8 e do Regimento de Infantaria 13, recusam cumprir as ordens dos comandantes.

### **4 horas**

Ocupação do Aeroporto de Lisboa. Costa Martins ordena a emissão de instruções que interdita o espaço aéreo português e comunica para o Posto de Comando: «Aqui maior de *Lima Dois*. Informo Nova Iorque está ocupado e está sob nosso controlo».

Um pelotão de Caçadores 5 chega a casa de António de Spínola com a missão de efectuar a segurança do General.

### **4.20 horas**

O Rádio Clube Português, transformado em posto de comando, transmite, pela voz de Joaquim Furtado, o primeiro comunicado do MFA, no qual se pede à população que se mantenha calma e se apela aos médicos que acorram aos hospitais.

### **4.30 horas**

Franco Duarte, Comandante do Regimento de Cavalaria 3, adere ao movimento.

### **4.45 horas**

Segundo comunicado, através do Rádio Clube Português, reforçando recomendações de prudência às forças militarizadas. Anuncia-se, entretanto, que os comandantes que conduzirem os seus subordinados à luta contra o MFA serão severamente punidos.

### **5 horas**

Silva Pais telefona a Marcelo Caetano. O diálogo entre ambos, segundo Marcelo Caetano, em *Depoimento*, foi o seguinte: «Senhor Presidente, a Revolução está na rua ...». «Então para onde vou?» Do outro lado da linha houve um momento de hesitação, Silva Pais falou para o lado e depois respondeu: «Para o Carmo que a GNR está fixe».

### **5.15 horas**

Terceiro comunicado do MFA. Renova apelos e recomendações anteriores. Pela primeira vez discrimina as forças, militarizadas e outras, potenciais opositoras ao Movimento: Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Direcção Geral de Segurança e Legião Portuguesa.

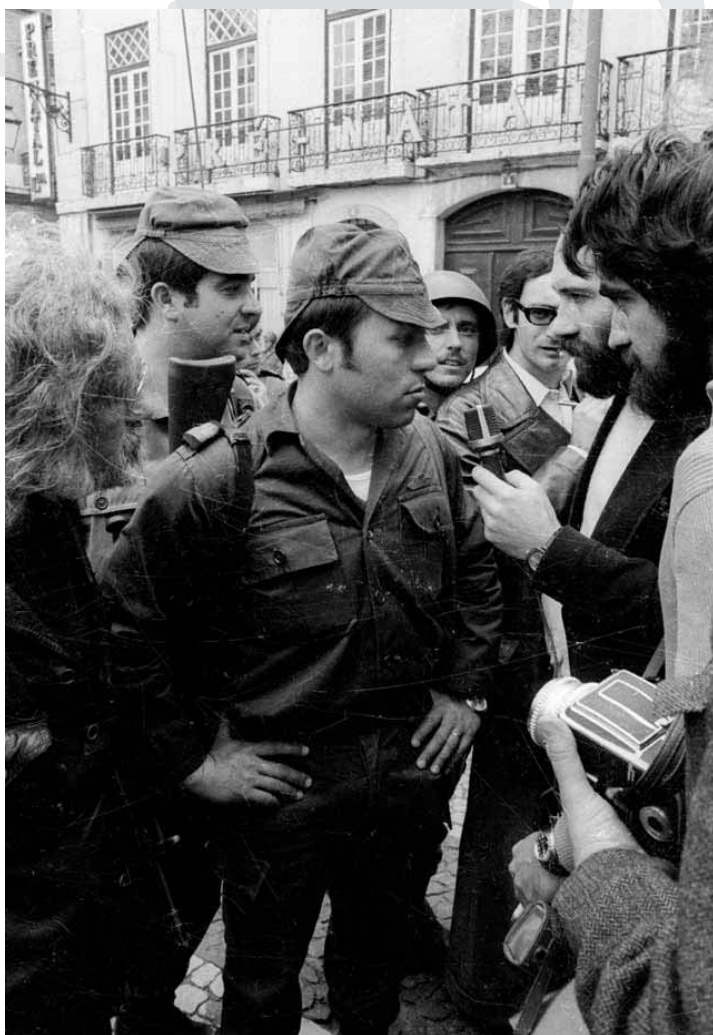
Em breve a coluna de Salgueiro Maia atinge a portagem da auto-estrada do Norte. Segue sem oposição, atravessando a cidade em direcção ao seu objectivo: o Terreiro do Paço.

### **6 horas**

Salgueiro Maia transmite para o Posto de Comando: «Aqui maior de *Charlie Oito*. Informo que ocupámos Toledo (Terreiro do Paço) e controlamos Bruxelas (Banco de Portugal) e Viena (Rádio Marconi)».

### **6.30 horas**

Soa o alarme na Força Aérea. O comando da I Região Aérea ordena ao Comandante do Regimento de Caçadores Para-quedistas que faça deslocar para Monsanto uma força de para-quedistas. Fausto Marques, depois de algumas diligências, acaba por recusar cumprir a ordem, aguardando o esclarecimento da situação e cumprindo a sua missão. Elementos do Governo que fugiram do Terreiro do Paço chegam ao Regimento de Lanceiros 2. De imediato tentam fazer da unidade um posto de comando das operações de resistência e de contra-ataque sob o comando de Junqueira dos Reis.



Salgueiro Maia fazendo as primeiras revelações aos jornalistas sobre a revolução, 1974. © Diário de Notícias

#### **6.45 horas**

O MFA, em mais um comunicado transmitido do posto de comando do Rádio Clube Português, declara que tomou conta da situação, pelo que constituirá delito grave qualquer oposição.

Quatro tanques M-47 e 15 camiões com tropas estacionam na Calçada da Ajuda, junto a Lanceiros 2.

#### **7 horas**

Na Figueira da Foz, o Agrupamento Norte prepara-se para alcançar o seu objectivo, o Forte de Peniche. É constituído por duas companhias de instrução do Regimento de Artilharia Pesada 3, comandadas por Moço e Garcia, uma bateria de artilharia da mesma unidade comandada por Diniz de Almeida, uma força do Regimento de Infantaria 10 de Aveiro, comandada por Pizarro, e ainda uma companhia de dois pelotões do Centro de Instrução de Condutores Auto 2 comandada por Rocha Santos. São cerca de quatrocentos homens numa coluna de cinquenta viaturas, engrossada ainda com a chegada tardia da coluna do Regimento de Infantaria 14 de Viseu.

Forças do Regimento de Artilharia Pesada 2, de Vila Nova de Gaia, entram em posição nos acessos da Ponte da Arrábida no Porto, apenas com uma diferença de minutos da entrada em posição das forças da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas no morro do Cristo Rei, fronteiro a Lisboa. Da sua lista de objectivos fazem parte as instalações da Força Aérea de Monsanto e o Terreiro do Paço.

#### **7.20 horas**

O Posto de Comando recebe a mensagem referente às operações de Vila Nova de Gaia e de Vendas Novas: «Maior de *Sierra Três* informa estar em posição em Londres, onde a coluna chegou sem incidentes, estando tudo pronto a cumprir missões de tiro».

#### **7.30 horas**

É emitido um novo e mais esclarecedor comunicado do MFA, lido pelo locutor Luís Filipe Costa, que informa das intenções do Movimento. Termina com «Viva Portugal».

Xavier de Brito chega a casa de António de Spínola, colocando-se às ordens do General. Este pede-lhe que se desloque ao Regimento de Cavalaria da GNR para informar o Comandante Serra Pereira de que deveria aderir uma vez que Spínola está com o Movimento. Tal não viria a acontecer, apesar de Xavier de Brito se deslocar duas vezes ao Regimento, durante essa manhã.

É dada ordem pelo Estado Maior da Armada para que a fragata da marinha de guerra Almirante Gago Coutinho, com a matrícula F-473, que saia em manobras, regresse e fundeie frente ao Terreiro do Paço. A ordem não foi cumprida de imediato. Só mais tarde a fragata regressa, mantendo-se em manobras na área e fundeando às 14 horas em frente ao Cais das Colunas.

#### **7.52 horas**

A Emissora Nacional suspende a emissão.

#### **8 horas**

Forças adversas ao Movimento, vindas de Lanceiros 2, tomam posição na Ribeira das Naus, em frente do cais Sul e Sueste. 12 «jeeps» da GNR são bloqueados na Rua da Madalena.

O Governo ordena o corte selectivo da energia eléctrica e dos telefones do Rádio Clube Português, tanto nas instalações da Rua Sampaio e Pina como no emissor de Porto Alto. Entram em funcionamento geradores automáticos que asseguram a emissão.

#### **8.30 horas**

Pela primeira vez um comunicado do MFA é lido na Emissora Nacional.

### **9 horas**

No emissor de Miramar do Rádio Clube Português é lido pela primeira vez um comunicado do MFA. Mais tarde, a emissão sofre uma interrupção que dura até às 11 horas.

### **10.15 horas**

Um avião de pára-quedistas sobrevoa o Terreiro do Paço.

Entretanto, na outra margem do Tejo, dois aviões cruzam sinais de fumo.

São fechados os acessos ao Terreiro do Paço e barricadas as ruas Augusta, do Ouro e da Prata.

Detenção do general Louro de Sousa, quartel-mestre-general, à entrada do respectivo serviço.

### **10.30 horas**

Chegada do Agrupamento Norte a Peniche. A DGS mostra-se disposta a resistir.

### **11 horas**

As forças concentradas no Terreiro do Paço distribuem-se: uma parte em direcção ao Quartel-General da Legião Portuguesa, na Penha de França, comandada por Jaime Neves e formada por forças aderentes do RC 7, RI 2 e RI 1. Outra parte, comandada por Salgueiro Maia, e formada pelas forças da EPC, em direcção ao Carmo. A marcha pessoas que gritam: «Vitória! Vitória!», «Fim à guerra colonial!», «Abaixo o fascismo!» e «Liberdade! Liberdade!».

### **das 10.30 às 11.30 horas**

Os ex-ministros da Defesa, do Interior e do Exército participam numa reunião, no Ministério do Exército, à qual assiste também o ex-deputado Henrique Tenreiro, além de outros oficiais gerais.

O tenente-coronel Ferrand de Almeida, comandante de uma das forças de Cavalaria 7, recusa-se a aderir ao Movimento, rendendo-se.

Os ministros militares, bem como o do interior, fogem por um buraco aberto numa parede entre os Ministérios do Exército e da Marinha. São vistos a tomar lugar num autocarro.

O general Andrade e Silva, ministro do Exército, põe-se em fuga. Outros ministros, entre os quais César Moreira Baptista, Rui Patrício e Silva Cunha, dirigem-se ao quartel da GNR no Carmo.

### **11.45 horas**

Novo comunicado é transmitido pelo Rádio Clube Português. O MFA informa que, de ainda a atenção de todos os estabelecimentos comerciais para que encerrem imediatamente as portas. Se a ordem não for acatada, será decretado o recolher obrigatório.

### **12.30 horas**

Salgueiro Maia dispõe as suas forças em posição de cerco ao Quartel do Carmo. Constituem-nas militares do RC 7, da EPC e da Região Militar de Tomar. As portas e janelas estão fechadas. Muito povo dificilmente contido nas ruas vizinhas.

### **13 horas**

O MFA informa as famílias dos militares envolvidos em operações de que eles se encontram bem.

### **a partir das 13 horas**

Uma força da GNR dispõe-se ao longo da Rua Nova da Trindade, até junto da retaguarda das forças de Cavalaria que cercam o Carmo.

A coluna do RC 3, que tinha como missão libertar os militares presos na Trafaria, chega à Ponte sobre o Tejo. Do Posto de Comando recebe, porém, outro objectivo: acorrer em defesa das forças de Salgueiro Maia, a fim de encurralar a GNR e a Polícia de Choque entre dois fogos.

Centenas de pessoas descem a Rua António Maria Cardoso, entoando o hino nacional e aproximando-se da sede da PIDE/DGS, de cujas janelas são disparados tiros. Cinco feridos, alguns com gravidade.

#### **13.30 horas**

Jaime Neves, depois de montar um dispositivo militar nos acessos ao Quartel, concedeu aos ocupantes do edifício do Comando da Legião Portuguesa quinze minutos para se renderem. Decorridos dez minutos as forças do Movimento tomam o edifício e informam para o Posto de Comando «Marrocos foi ocupado sem qualquer incidente».

#### **14 horas**

Nuno Távora chega à casa de António de Spínola para entregar uma carta de Pedro Feytor Pinto, Secretário de Estado da Informação e Turismo, em que este se oferece para intermediário com Marcelo Caetano. Pouco depois será o próprio Pedro Feytor Pinto a telefonar a António de Spínola, comunicando o pedido de Marcelo Caetano para que assuma o comando da situação a fim de evitar que «o poder caia na rua».

#### **14.30 horas**

Novo comunicado do MFA, pela voz de Clarisse Guerra, no qual se informa que tudo se processa de acordo com as previsões: os objectivos estão dominados e as mais importantes figuras do regime sob prisão.

#### **14.55 horas**

Um novo comunicado do MFA alerta a população contra os elementos da GNR e DGS que se fazem passar por amigos do Movimento.

Desespero entre os comandos das forças fiéis ao Governo, patente nas mensagens via rádio que trocavam entre si.

#### **15 horas**

Salgueiro Maia, comandante das forças que sitiavam o Quartel do Carmo, improvisa uma conferência de imprensa: «A GNR não tem qualquer hipótese de resistência».

É dado um ultimato de quinze minutos às tropas barricadas no Quartel do Carmo.

Sobe a tensão entre os populares que, entretanto, invadiram as ruas.

Sai do Quartel o major Velasco da GNR «por iniciativa pessoal».

Minutos após, o coronel Correia de Campos, comandante das Forças sitiadas, penetra no quartel para conversações.

#### **15.10 horas**

Salgueiro Maia dirige novo ultimato «Atenção Quartel do Carmo! As conversações estão muito demoradas. Estão muito demoradas!».

Como nenhuma resposta chega, inicia-se o bombardeamento com armas ligeiras e dirigido para a parte superior do edifício e para o ar.

Ultimato final de Salgueiro Maia: «Vou contar até três. Devem sair desarmados e com as mãos no ar, senão destruiremos o Quartel». Suspende a ordem de fogo.

Do lado da Estação do Rossio correm, acompanhados de um militar, Pedro Feytor Pinto e Nuno Távora, que se dizem portadores de uma mensagem. Um pouco mais tarde dirigem-se mais uma vez à residência de António de Spínola. Marcelo Caetano exige, para se render, a presença de um membro do MFA de patente superior a coronel.

#### **15.15 horas**

O Posto de Comando do Movimento ordena às forças da EPA, estacionadas no Cristo Rei, que libertem os camaradas presos no Forte da Trafaria na sequência do 16 de Março. A operação conduzida por Andrade da Silva, decorre sem incidentes.

### 16.30 horas

Marcelo Caetano entra em contacto telefónico com António de Spínola, pedindo-lhe para comparecer com urgência no Quartel do Carmo. A resposta de António de Spínola reveste-se de alguns cuidados: é necessário estabelecer contacto com o Comando do Movimento, cuja localização desconhece. Pede a Dias de Lima e a António Ramos que se desloquem ao Rádio Clube Português a fim de se estabelecer contacto com o Movimento. Pouco tempo depois António de Spínola telefona para o Posto de Comando para falar com Otelo Saraiva de Carvalho. Este informa-o que lhe ligará mais tarde a transmitir-lhe a posição do Movimento.



Otelo Saraiva de Carvalho, graduado brigadeiro por imposição dos seus camaradas, com Costa Gomes (à esq.), António de Spínola (ao centro) e Jaime Silvério Marques (à dir.), 1974. © Diário de Notícias

### 17 horas

António de Spínola recebe um telefonema do Comando do Movimento em que lhe é solicitada a sua ida ao Quartel do Carmo para aceitar a rendição do Presidente do Conselho, que deveria de seguida ser conduzido ao Quartel de Engenharia na Pontinha.

### 18 horas

António de Spínola entra no Quartel do Carmo, submerso pela multidão que o aplaude e exige a sua vinda à janela.

Uma coluna militar da EPA, comandada por Mira Monteiro, sobe a Calçada da Ajuda e estaciona entre os aquartelamentos de Cavalaria 7 e Lanceiros 2. O objectivo era o Quartel de Lanceiros 2 cuja posição não estava ainda bem definida.

### **18.20 horas**

O Rádio Clube Português difunde novo comunicado que dá conta das últimas alterações da situação.

### **18.40 horas**

A RTP interrompe a sua emissão, até aí preenchida por programas recreativos, entre eles um musical com Vinicius de Moraes, e, pela voz do locutor Fernando Balsinha, anuncia que o MFA prepara uma edição especial do Telejornal. Em seguida, Fialho Gouveia lê uma declaração do Movimento.

### **19.30 horas**

No Largo do Carmo cresce a agitação. Uma viatura blindada, a chaimite «Bula», encosta à porta de armas para receber Marcelo Caetano, Moreira Baptista, Rui Patrício e Coutinho Lanhoso. As forças da EPC levantam o cerco e formam a coluna que os conduzirá ao Regimento de Engenharia I na Pontinha. Logo atrás segue, numa viatura civil, António de Spínola, longamente vitoriado pela multidão.

À Baixa da cidade começam a afluir centenas de pessoas, vitoriando as Forças Armadas e gritando «slogans» identificadores de várias forças políticas.



Militares assumem o comando de toda a circulação na zona da Baixa, no dia 25 de Abril, 1974. © Diário de Notícias

### **20 horas**

É finalmente lida, nos Emissores do Rádio Clube Português, a Proclamação do Movimento das Forças Armadas. Vinte e uma horas após a emissão do primeiro sinal confirmativo das operações o regime caía.

António de Spínola chega ao Quartel da Pontinha: «Senhores oficiais, devo começar por informá-los que acabo de assumir o poder no Quartel do Carmo. Agora vamos ao trabalho».

### **21 horas**

Atiradores da DGS disparam sobre manifestantes na Rua António Maria Cardoso. Quatro mortos e dezenas de feridos. Um agente da DGS é morto por forças do Movimento quando tentava fugir.

Vitor Crespo, único representante da Armada no Posto de Comando, consegue finalmente mobilizar um Corpo de Fuzileiros Navais, sob o comando de Vargas de Matos, cuja acção virá a ser relevante na definitiva rendição da PIDE/DGS. Com eles estará também uma outra força da Armada comandada por Costa Correia.

### **22 horas**

A DGS resiste também na prisão de Caxias. As primeiras tropas a chegar ao Forte são duas companhias de pára-quedistas, comandadas por José Brás e Mário Pinto. Horas mais tarde chegam também forças de fuzileiros que montam um cordão de segurança em torno do reduto Norte. A multidão começa a juntar-se durante a noite, na esperança de assistir à libertação dos presos.

Entretanto anuncia-se que a PSP aderiu ao Movimento e deixou de oferecer resistência.



Populares festejam nas ruas de Lisboa a queda do Estado Novo, 1974. © Diário de Notícias

### **Ainda a 25 de Abril**

É publicada a Lei nº 1/74 que destitui das suas funções o Presidente da República e o Governo, dissolve a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado e determina que todos os poderes atribuídos aos referidos órgãos passem a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional. O D.L. nº 169/74 exonera os Governadores Gerais dos Estados de Angola e Moçambique e determina que as suas funções passem a ser desempenhadas interinamente pelos Secretários Gerais desses Estados.

O D.L. nº 171/74 extingue a DGS, LP e MP.

O D.L. nº 172/74 dissolve a ANP.

O D.L. nº 179/74 exonera das suas funções os Governadores Civis do continente e ilhas. Até serem nomeados novos titulares, essas funções serão exercidas pelos secretários dos Governos Civis.



Populares agradecem aos militares por terem derrubado o Estado Novo, 1974. © Diário de Notícias

### **25 de Abril 1.30 horas**

Apresentação ao país, através da televisão, da Junta de Salvação Nacional (JSN):

- General António de Spínola (Presidente)
- General Francisco da Costa Gomes
- General Manuel Diogo Neto
- Brigadeiro de Aeronáutica Jaime Silvério Marques
- Coronel Aviador Carlos Galvão de Melo
- Capitão-de-Mar-e-Guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo
- Capitão-de-Fragata António Rosa Coutinho

**Boaventura Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra (org.). *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Coimbra, Edições Afrontamento / Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra: 1997.**



# A fórmula política do “Estado Novo”

O triunfo de Salazar é geralmente associado ao saneamento financeiro e à coordenação de interesses sociais e económicos perante a crise mundial de 1929-1931. Mas a grande questão que se colocava à Ditadura Militar não era apenas sócio-económica ou financeira – as finanças foram saneadas rapidamente, até porque os governos republicanos já tinham feito muito trabalho, e a crise não afectou Portugal como outros países europeus – mas também política. Os «situacionistas» não eram suficientemente coesos para formar um partido capaz de competir, num regime pluripartidário, com as esquerdas republicanas. Mesmo os que estavam ideologicamente mais próximos encontravam-se separados por querelas doutrínarias ou pessoais. Se a Ditadura Militar acabasse, era improvável que conseguissem resistir ao regresso das esquerdas ao poder, como em 1919. Mas a II República em Espanha, em Abril de 1931, com as suas queimas de igrejas e o saneamento do exército, deu a ideia de que seria uma «II República» em Portugal. A insistência dos «revirahistas» em recuperar o poder pela força, mais uma vez patente nos golpes de 1931 na Madeira e em Lisboa, confirmava os receios de qualquer «situacionista».

Para as direitas mais radicais, sobretudo as de raiz integralista, a solução era óbvia: instaurar uma monarquia absoluta, confessional e corporativa, em que o governo pertencesse ao rei, o Catolicismo fosse a religião do Estado e a representação política do Estado e a representação política da nação se fizesse através das famílias, associações e municípios. Cortar-se-ia assim com a cultura e as instituições que tinha permitido às esquerdas republicanas entrar na área do poder. Havia, porém, um senão: um regime desses alienaria os republicanos que sustentavam a Ditadura Militar. Salazar seguiu sempre a «opinião geral» de que qualquer governo que tentasse essa radicalização «não durava uma semana».

Mas se a monarquia e o Catolicismo dividiam, o autoritarismo não. A ideia de um governo «forte», livre de chicanas parlamentares e com o direito e o dever de «intervir» na sociedade e na economia, era aceite pelo próprio «revirah». O exercício autoritário do poder executivo, através de decretos-leis ao abrigo das autorizações legislativas, já se notava antes de 1926. Não por acaso, um dos mais íntimos conselheiros de Salazar nesta época, Quirino de Jesus, colaborara com a esquerda republicana antes de 1926.

A 28 de Maio de 1932, o Governo publicou um projecto de Constituição, preparado por Salazar e pelos seus colaboradores e discutido no Conselho de Ministros e no Conselho Político Nacional. O seu relatório inicial chamava a atenção para o «ecletismo» e «empirismo» da proposta. A designação oficial do regime continuaria a ser a de «República Portuguesa», não se recorrendo a fórmulas neutras como a do futuro «Estado Espanhol» de Franco. Conservar-se-iam a bandeira, o hino e os feriados escolhidos pelo governo provisório em 1910. Mantinham-se a separação republicana da Igreja e do Estado e a enumeração liberal dos direitos e liberdades, bem como os princípios da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, divisão de poderes e independência dos magistrados. Havia uma novidade: previa-se associar os portugueses em vários organismos locais e sócio-profissionais, a serem representados numa Câmara Corporativa. Mas essa câmara seria apenas consultiva, destinada a dar pareceres sobre projectos-leis.

Os elementos propriamente políticos eram os mesmos de sempre: um chefe de Estado, um Governo e um parlamento – definidos e articulados de modo a estabelecer uma espécie de monarquia constitucional, em que o lugar do rei era ocupado por um presidente da República eleito por sufrágio directo e individual para um mandato de sete anos. Tal como o rei, o presidente, que dispunha de um Conselho de Estado como órgão consultivo, nomeava e exonerava livremente o chefe do Governo e podia dissolver ou interromper o parlamento, que só tinha uma câmara (a Assembleia Nacional). Também tal como o rei, o presidente não governava e todos os seus actos tinham de ser referendados pelo chefe do Governo. Deste modo, o chefe do Governo era o único responsável pela governação, mas só respondia perante o presidente. A Assembleia Nacional, eleita cada quatro anos por sufrágio directo, era apenas um órgão de debate político, que discutia e votava as leis e o orçamento propostos pelo Governo (nas décadas seguintes, viria a funcionar 46 dias por ano). Na prática, tudo isto servia para fazer Salazar depender unicamente de Carmona, como durante a Ditadura Militar. O chefe do Governo era o «verdadeiro e efectivo detentor do poder» - mas do «ponto de vista formal, o presidente da República permanece a pedra angular do regime».

O condicionamento da vida pública não estava na Constituição, que até reconhecia «o direito de resistência às ordens que violem as garantias individuais», mas na legislação reguladora das liberdades, a qual instituiu a censura prévia à imprensa, fez reuniões e associações dependerem de autorização do Governo, e reservou a actividade política legal a uma associação cívica, chamada União Nacional (UN), «sem carácter de partido e independente do Estado» (estatutos aprovados em Agosto de 1932). Como a inconstitucionalidade das leis não era julgada por um tribunal especial, mas pela própria Assembleia Nacional, o governo não corria o risco de ser contestado por magistrados mais liberais. Aliás, as regras de nomeação, promoção e transferência de juizes impediam surpresas por esse lado. Quanto às eleições, o sufrágio era mais alargado do que sob o domínio do PRP, incluindo até mulheres em certas condições, mas ainda assim restrito. No caso da Assembleia Nacional, o sistema eleitoral definido em 1934 afastou a possibilidade de representação de minorias. Haveria um círculo nacional, com 90 lugares, sendo eleitos os nomes da lista mais votada. Os inimigos do regime nunca poderiam aproveitar as suas instituições para se organizarem, manifestarem e tomarem o poder. A morte do rei D. Manuel II em Londres, sem filhos, em Julho de 1932, permitiu a Salazar dar por encerrada a questão do regime. A Constituição fechou a possibilidade de um regresso à ordem anterior a 1926, mas ressalvou as preferências e expectativas de todos os situacionistas. Os «republicanos moderados» tinham a república, a separação da Igreja e do Estado, e um parlamento. Os monárquicos podiam consolar-se com um presidente da República que era quase um rei, e que talvez um dia pudesse vir a ser substituído por um rei. Os integralistas ficavam com a organização corporativa, que no futuro poderia vir englobar a nação e dispensar outras formas de representação. Os católicos continuavam com o statu quo alcançado nos últimos anos do domínio do PRP. Finalmente, funcionários públicos e militares, apesar dos juramentos políticos, não foram obrigados a inscrever-se na UN, o que poupou a muita gente ter de definir qualquer posição. Muitas das notabilidades dos velhos partidos republicanos puderam assim adaptar-se discretamente à nova situação. Em 1932, Salazar notava: «basta dizer-lhe que os directores-gerais dos ministérios, com pouquíssimas excepções, são os mesmos de antes do 28 de Maio». De facto, o Governo foi mais longe: até 1935, por exemplo, deixou o exilado Afonso Costa, apesar da sua propaganda oposicionista, usufruir do lugar de consultor jurídico da Companhia dos Diamantes de Angola.

**Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro. *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009: 631-634.**

# Uma democracia europeia (desde 1976)

No princípio do século XXI, Portugal era uma democracia integrada na União Europeia, com uma elite política civilista, uma sociedade urbana e uma economia terciarizada, das mais ricas do mundo, numa Europa muito diferente, tanto da que existira antes da Segunda Guerra Mundial, quando fora sede de impérios e cenário de conflitos militares, como da que se constituía depois, no tempo da Guerra Fria, assente no confronto entre dois blocos. As revisões constitucionais (1982 e 1989) e a adesão à CEE (1986) e ao mercado e moeda únicos (1992-1999) podem servir de referência à História de Portugal num tempo em que a sociedade portuguesa mudou como nunca mudara antes. Pela primeira vez na Época Contemporânea, Portugal não tinha um «Ultramar» noutra continência; e, também pela primeira vez, os imigrantes estrangeiros que entravam no país eram muito mais numerosos do que os emigrantes nacionais que dele saíam. Durante anos, o grande problema em Portugal tinha sido o de romper com o passado; ao entrar num novo século, o problema parecia ser o de, tendo rompido com o passado, encontrar uma forma visível e satisfatória de viver de outra maneira.

## A integração europeia

Em 28 de Março de 1977, o I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, apresentou o pedido formal de adesão da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia (CEE). O tratado de adesão seria assinado também por Mário Soares, mas oito anos depois, a 12 de Junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos. A cerimónia, previamente ensaiada, foi coberta pela RTP, que fez do momento o motivo para uma emissão especial de 14 horas. O regime não quis que ninguém tivesse dúvidas: não era mais um tratado diplomático, mas uma espécie de refundação do país.

Portugal era um pequeno país na periferia da Europa. Representava 0,8% do território, 1,3% da população e 1% da economia do continente. Tinha sido sempre mais pobre do que os outros países ocidentais (o seu PIB per capita nunca equivaliu a mais de 50% a 75% do PIB médio europeu) e falava uma língua confinada, na Europa, aos seus nacionais. Em termos europeus, fora durante muito tempo um país obscuro e remoto que só na década de 1960 começou a atrair turistas e a ter emigrantes de outros Estados. O português mais conhecido na Europa, antes de 1974, era o jogador Eusébio. Neste contexto, a filiação europeia na década de 1970 pôde ser apresentada, pela elite política, como o império colonial na década de 1930: uma maneira de não ser pequeno e marginal, para além da promessa de prosperidade, neste caso associada à pertença de um clube de países ricos.

Por isso, os líderes da nova democracia gostaram sempre de fazer começar com eles o processo de integração, o qual, entre os maiores partidos parlamentares, só foi combatido pelo PCP. No entanto, tinha sido o Estado Novo que fizera assentar a segurança de Portugal na NATO (1949) e que inseriu a economia portuguesa nas estruturas de cooperação e unidade

européias, através da EFTA (1960) e do acordo de comércio com a CEE (1972). A esse respeito, a revolução de 1974-1975 trouxera uma distração, com alguns militares de esquerda a imaginarem uma reencarnação do império colonial como bloco de solidariedade revolucionária. O que os líderes do Estado Novo nunca tinham sido publicamente era «europeístas». O seu regime era suficientemente diferente e entre eles havia demasiados ultramarinistas para se permitirem entusiasmos pelo «projecto europeu» de «construção» de instituições políticas supranacionais. Também não imaginavam que Portugal tal como os mais duros de entre eles o queriam manter pudesse ser acolhido por essas instituições. Mas a nova elite democrática iria descobrir, no decurso de um processo de adesão mais longo do que o previsto, o que o embaixador Ruy Teixeira Guerra já insinuara em 1970: que para uma adesão à CEE não bastava satisfazer requerimentos políticos, e que as dificuldades nunca seriam «económicas». Portugal havia sido aceite na EFTA, apesar de ser uma ditadura, e demorou a entrar na CEE, apesar de ser uma democracia (quanto ao património revolucionário, como notou o Ministro dos Negócios Estrangeiros José Medeiros Ferreira, foi uma «questão jamais levantada durante o processo do pedido de adesão»). Entre os dez países-membros, uns não desejavam mais um peso no orçamento comunitário, outros temiam um concorrente, e quase até ao fim houve quem insistisse em que «para Portugal, bastaria uma associação». A candidatura quase simultânea da Espanha, a 26 de Julho de 1977, sujeitou Portugal ao ritmo do complexo processo espanhol. As negociações, iniciadas apenas em Dezembro de 1978, foram duras: a CEE tentou restringir a circulação dos portugueses e a exportação de têxteis; Portugal procurou adiar a eliminação de direitos aduaneiros.

Sem o saber, Portugal tomara um comboio em andamento. A CEE estivera mais ou menos estacionária na década de 1970, durante a época dos choques petrolíferos. O alargamento a Portugal e Espanha coincidiu com o Acto Único Europeu (18 de Fevereiro de 1986), a primeira alteração ao Tratado de Roma de 1957, e foi seguido do Tratado de Maastricht (7 de Fevereiro de 1992). O Acto Único postulou a eliminação das barreiras à circulação de capitais, bens e pessoas até 1992; Maastricht, a unificação monetária e também política (sob a forma de União Europeia). Em 1989-1991, a crise e colapso da União Soviética, com a formação de novos países, precipitou dois movimentos: no curto prazo, como enquadramento à reunificação alemã, uma intensificação da coesão europeia; a médio prazo, o alargamento da nova União Europeia para integrar os países outrora submetidos à União Soviética.

Portugal passou a estar incluído na cimeira de chefes de Estado e de Governo (o Conselho Europeu), a nomear um comissário para o principal órgão legislativo e executivo da União (a Comissão Europeia) e a eleger directamente deputados do Parlamento Europeu (1987). No princípio de 1992, o Governo português assegurou por um semestre a presidência rotativa do Conselho Europeu. Portugal aproveitou as «ajudas estruturais» destinadas a facilitar a «convergência», mas foi menos auxiliado do que outros países – entre outras razões, porque a Política Agrícola Comum, através da qual se escoava a massa principal do orçamento comunitário, favorecia produtos em que Portugal não estava especializado. Assim, nos sete primeiros anos de adesão, Portugal recebeu ajudas equivalentes a 11% do PIB, a Irlanda a 17%, e a Grécia a 21%. Por outro lado, a adesão inspirou e legitimou um programa de desmantelamento das limitações à iniciativa dos cidadãos e à concorrência nos mercados herdadas do Estado Novo e do PREC, e também o recomeço da «modernização», por exemplo, fiscal (com a instituição do IVA em 1985 e do IRS e IRC em 1989).

Muito provavelmente, os líderes portugueses esperaram que a entrada na CEE fizesse o país beneficiar de deslocalizações industriais, como no ramo automóvel. E conseguiram, com as devidas contrapartidas, atrair uma fábrica da empresa alemã Volkswagen para Palmela, a Autoeuropa, que no princípio do século XXI, com cerca de 3000 trabalhadores, chegou a representar 10% das exportações e 2% do PIB português. Houve também grandes entradas de

capital estrangeiro em 1986-1989. Os políticos portugueses congratularam-se então com a «convergência» (em 1998, o PIB per capita medido em paridade de poder de compra representava 72,5% da média comunitária, quando em 1986 o valor tinha sido de 55,1%). Portugal era novamente «um caso de sucesso». Em 1992, o Eurobarómetro revelava os portugueses entre os europeus mais satisfeitos com a União Europeia.

Mas a perspectiva de abertura da Europa do Leste ao comércio e ao investimento, a partir de 1989-1991, já mudara tudo. Neste contexto, houve que tomar decisões que destruíram «todos os pressupostos em que antes assentara a política económica portuguesa». Inesperadamente, Portugal viu-se sujeito à perspectiva de concorrer com regiões de mão-de-obra ainda mais barata, mas qualificada e com mercados liberalizados muito mais radicalmente: um trabalhador português, em 2004, custava um terço de um alemão ou francês, mas o dobro de um polaco ou checo. Os governos fizeram então uma aposta ousada, decidindo colocar Portugal no «pelotão da frente» da unificação europeia. No fim de 1992, já vigoravam em Portugal 95 por cento da legislação do Mercado Único Europeu. Mais importante ainda, em Abril desse ano, o escudo entrou no sistema de câmbios do Sistema Monetário Europeu, o qual em 1999 se tornou fixo. O passo serviu para três coisas: importar disciplina orçamental e combater a inflação (8 pontos percentuais acima da média comunitária em 1989); aproveitar as vantagens da união monetária em termos de financiamento da economia; e, sobretudo, induzir a economia a tornar-se mais competitiva, através da inovação e do aumento da produtividade, e não do abaixamento do custo da mão-de-obra propiciado por desvalorizações monetárias. Pela primeira vez desde o fim do século XXI, Portugal tinha uma moeda não controlada pelo Governo, completamente convertível, e a circulação de capitais era livre. O então primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva (1985-1995) esperou assim «forçar» as «mentalidades sindical e empresarial» a «adaptar-se aos raciocínios económicos e financeiros próprios das economias estabilizadas e mais prósperas».

Nada resultou exactamente como se previa. A inflação caiu (de 13% em 1990 para 2% em 1997, igual à Alemanha), os juros desceram (em empréstimos a 180 dias, de 16,4% para 9,2%, entre 1992 e 1994), e o caminho para a moeda única impôs uma certa austeridade orçamental, com sacrifício da economia. Mas mal a meta foi passada, com o anúncio da inclusão no «euro» (1998), houve um relaxamento, Portugal manteve altas taxas de inflação e elevadas despesas públicas, mostrando quase imediatamente grandes dificuldades para satisfazer os critérios da moeda única (limite de 60% do PIB para a dívida pública e 3% para o défice). A queda acentuada das taxas de juro, agora reguladas pelo Banco Central Europeu, foi aproveitada pelos cidadãos para se endividarem com vista ao consumo, facilitado pela grande abertura da economia e por uma banca mais agressiva – o endividamento das famílias em termos de rendimento disponível passou de 38% em 1995 para 90% em 2000. Em 2000, o défice da balança de pagamentos era de 10% - maior do que os que tinham causado crises em 1977 e 1984 -, mas com o euro era possível financiá-lo. Os investidores apostaram nos serviços – comércio, bancos, seguros – e na construção civil, onde se desenvolveram grandes empresas, e não na indústria de bens exportáveis, que ficou entregue a pequenas e médias unidades, sujeitas à pressão do aumento de salários. A partir de 1999, com a fixação dos câmbios que antecipou a introdução material da moeda única em 1 de Janeiro de 2002, as exportações perderam quota de mercado, especialmente os têxteis e calçado (que representavam cerca de 30% das exportações em 1995). O PIB per capita português, em paridades de poder de compra, deixou de aproximar-se e começou mesmo a afastar-se da média da União Europeia (descendo de 76,9% para 75,5% dessa média, entre 2005 e 2008).

Portugal passou assim, perante a Europa Ocidental, de uma situação na década de 1960 de convergência económica e divergência política, para outra de convergência política e divergência económica. Quando esta situação se definiu a partir de 2000, a EU funcionou cada

vez mais como bode expiatório das reformas e ajustamentos, num contexto de discussão da «democraticidade» das instituições europeias. Economistas respeitados argumentaram que «a moeda única tem prejudicado fortemente a economia portuguesa», ao diminuir em 20% a sua competitividade externa.

A parte europeia do comércio externo português aumentou de 58% em 1985 para 81% em 1995. A quota de mercado de Portugal subiu na Europa (de 0,49% para 0,91%) e estagnou no resto do mundo. Mas a esse respeito, a integração europeia significou, antes de mais, a normalização da ligação a Espanha. Durante toda a Época Contemporânea, as trocas comerciais oficialmente registadas entre os dois países ibéricos foram residuais: em 1970, 93% do comércio externo português fazia-se por via marítima com países distantes. Por isso, o secretário de Estado da Indústria Rogério Martins podia dizer nesse ano que «Portugal metropolitano é uma ilha na Europa». A adesão à CEE e o investimento em infra-estruturas rodoviárias puseram fim à «ilha». A Espanha afirmou-se como o maior parceiro comercial: enquanto destino de exportação, cresceu de menos de 5% em 1986 até mais de 25% em 2003. Mas não existia ainda, no princípio do século XXI, a integração verificada noutros casos de países vizinhos na era da globalização. A Espanha, por exemplo, não era o principal investidor estrangeiro em Portugal.

**Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro. *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009: 747-752.**

# O Princípio do fim. A segunda morte de D. Sebastião

Um dos maiores equívocos dos teóricos da cultura portuguesa tem sido a insistência, ao longo dos tempos, mas mais fortemente desde o final da monarquia, em 1910, na busca de um conceito absoluto, exclusivo, definidor da identidade nacional ou do homem português. Desde o princípio do século XX, fruto da decadência da monarquia, sentida como uma crise civilizacional rupturalizadora de 800 anos de história, acrescida da crise mental e cultural consciencializada pela Geração de 70, três a quatro décadas antes, ambas expressão profunda da crise que varrerá o país desde o consulado do Marquês de Pombal, tem-se sucedido diversas teorias sobre a identidade nacional. De facto, as teorias sobre a identidade do homem português, criadas ao longo do século XX, não escondem um intento de sublimação do projecto republicano apresentado em 1910 como acto refundador de Portugal, logo fracassado após o curtíssimo período de 16 anos, substituído, até 1974, por um nacionalismo rural de fundo conservador, fortemente eclesiástico e patrioteiro. Assim se estatuem as teses ráticas sobre a identidade de Portugal no positivismo de Teófilo Braga, no saudosismo de Teixeira de Pascoais e no integralismo de António Sardinha, a todos unindo a mentalidade nacionalista pós-romântica de Guerra Junqueiro, António Correia de Oliveira e Mário Brandão, teses prosseguidas já em outra atmosfera cultural, consumado o rompimento cultural-monárquico e fracassada a I República, pelo advento do novo providencialismo de Fernando Pessoa e Agostinho da Silva, continuadores da visão quinto-imperialista de padre António Vieira.

Com efeito, não existe uma universalidade do homem português, ao modo de uma espécie no interior do género “homem”, ou uma entidade metafísica presente em todos os tempos, desde a fundação de Portugal à actualidade, como se se tratasse de uma etiqueta aposta a cada homem no território europeu designado por Portugal, que, por si, definisse cada ser humano aqui nascido como o “Homem Português”. Não existe também um homem português único, sui generis, singular, diferente de todos os seres humanos do mundo, nem quando à sua universalidade absoluta, nem quanto a um conjunto permanente de qualidades que o especificariam. O homem português é o homem europeu, seja na sua origem, como a literatura, a religião, o pensamento, as crenças e os hábitos quotidianos medievais o provam, integrando-se no continente europeu e distinguindo-o do homem “africano” (o “mouro”, de cultura, religião e civilização diferentes), seja no seu percurso histórico, ora assimilado ao mesmo espírito europeu, com ele identificado (séculos XV e XVI), ora dele desavindo (século XVII), ora na sua retaguarda e com ele conflituando (séculos XVIII, XIX e XX). Nada na cultura portuguesa e no homem português os identifica como entidades exclusivas, subsistindo totalmente à parte da civilização e da cultura europeias, senão o que conjuntural e circunstancialmente emerge como produto da dialéctica da história entre o agir, o fazer e o pensar colectivos, que tanto nos individualiza como a cada um dos múltiplos povos europeus. Se a originalidade das cantigas de amigo, do estilo manuelino ou a sobrevalorização do sentimento de saudade são específicos em nós, a História o explica como elemento integrador da cultura portuguesa na cultura europeia e contributo específico para a nossa identidade continental.

Assim, a identidade portuguesa – ou o presumível homem português universal, filho dilecto de Deus, elemento do segundo povo eleito – constitui-se como uma ficção criada pelas filosofias espiritualistas da história, crentes no absoluto de um conceito que, expressado, sintetizasse o todo de Portugal. Porém, não existe conceito identitário exclusivo que vincule a uma mesma ideia a existência de D. Afonso Henriques, D. João II, D. Sebastião, Marquês de Pombal, Oliveira Salazar e Mário Soares senão um itinerário histórico multimodo e plural, reagente a pressões exteriores e a pulsões interiores, congregador de povos que em continuidade habitam um mesmo território, exprimindo-se pela língua derivada do latim popular falada no tempo da Reconquista e unidos pela existência de um Estado produtor de leis comuns. Nada que não tivesse acontecido nos restantes países europeus segundo as particularidades do desenvolvimento histórico que cada um seguiu num processo de auto-reconhecimento e auto-identificação por via da literatura, do pensamento e de um fundo comum de práticas religiosas e sociais. Na história do pensamento português, Teixeira de Pascoais substituiu o velho Deus providencialista dos reis portugueses pelo novo conceito de saudade, síntese aglutinadora da alma portuguesa. O providencialismo português, cristalizado na obra de padre António Vieira, defendido por Fernando Pessoa e assumido, no final do século XX, por pensadores como Agostinho da Silva, Dalila Pereira Costa e António Quadros, constitui-se, não como relíquia histórica de Portugal, mas como revitalização e rejuvenescimento da ideia imperial em tempo de decadência e desaparecimento do Império. Outra explicação social não existe para a proliferação de teorias providencialistas a partir da década de 70, substituindo, no imaginário português, o império vivido pela ideia de império, o império real pelo império cultural da língua comum, o império social e económico pela ideia providencialista, quinto-imperialista e paracletiana do império, diplomaticamente designada por «Lusofonia». Desenhar uma filosofia da história única, que explique a singularidade portuguesa, tem sido, igualmente, o objectivo do pensamento racionalista, de Oliveira Martins a Eduardo Lourenço, passando por António Sérgio, intentando, nos seus estudos, detectar arqueologicamente esse pecado ou virtude que nos tem acolhido desde o acto do nosso nascimento, prolongando-se, como essência ontológica, em cada um dos nossos posteriores actos colectivos, como motor que, oculto, move a máquina – a pulsão decadentista existente em nós, estado ou qualidade patológica, que em outros povos europeus não existiria. Culpa-se-nos de, constitutivamente, não possuímos virtualidades para o pensamento racional, a metafísica ou ciência, mas, logo se constata, historicamente, que o praticámos fortemente nos séculos XV e XVI, quando a tal as condições nos obrigaram, bem como nos finais do século XX, com a emergência de um fluxo quantitativo de novos cientistas desde a década de 80.

A explicação histórica de permanente criação de teorias sobre a originalidade da identidade portuguesa tem por causa a abrupta interrupção nos finais do século XVI, da nossa contínua e progressiva ascensão histórica desde a fundação do Condado Portucalense até ao afundamento colectivo de Portugal em Alcácer Quibir, em 1578, e consequente perda da independência, em 1580. Efeito de uma permanente fusão entre elites e povo, a primeira comandando, a segunda agindo, ambos fazendo um desde a batalha de Ourique à exploração das capitânias do Brasil e à conquista e evangelização dos territórios do Oriente, ambos recobertos sob o capelo da mesma enformação ideológica vinculada à religião católica, a continuidade da história de Portugal foi violentamente quebrada com o desaparecimento da elite cavaleiresca da nobreza portuguesa de Aviz em Alcácer Quibir, gerando um povo sem chefe nem dirigentes, nem comando, causa da origem do mito de D. Sebastião, um povo aprisionado ou forçado por governantes em quem não confiava nem se revia. Existe, cavado anulando a anterior linha histórica ascendente, iniciado no escasso território do condado de Guimarães e finalizando com domínio de territórios em todos os continentes, tendo como momento central paradigmático a assinatura do Tratado de Tordesilhas, deixa

Portugal coroado de um passado de virtudes heróicas, um presente minorizado, fragilizado, e um futuro vazio, futuro que, paradoxalmente, só ganha consistência de salvação quando, em 1690, são descobertas as primeiras minas de ouro em território de Minas, então capitania do Rio de Janeiro, hoje Minas Gerais. Em vão, nos finais do século XVII, o Conde da Ericeira tentara atrair o espírito manufactureiro para Portugal, tornando o nosso país autónomo em termos de produção e consumo – a chegada da frota do Brasil carregada de ouro gorara-lhe as intenções e a frágil elite portuguesa oriunda da Guerra da Restauração, pobre de trigo, de cavalos e de trajes, vê-se inesperadamente carregada de ouro, de farinha branca inglesa, vestindo-se de seda de Lyon e transportando-se em berlindas aparelhadas ao modo parisiense. Enriquece a corte, engorda o Estado à entrada do século XVIII, adquire gostos europeus luxuosos, eruditos e pomposos, imitativos de cortes europeias, cria vastas bibliotecas e pinacotecas, constrói igrejas luxuosíssimas (a igreja da Patriarcal, o convento de Mafra), como só em Roma existiam. A população, porém, encarada como serva e não como cidadã, permanece ao nível do século XVII em termos de sobrevivência e hábitos quotidianos. Estava definitivamente cavado o divórcio entre elites e população, que em 1820, 1910 e 1974 tentarão preencher, retornando a esse momento mítico de fusão entre os Afonsos e os Sanchos e os seus servos na luta contra os mouros ou entre o capitão e os colonos no acto de criação de novas cidades no Brasil. O mito de D. Sebastião significa, assim, na consciência colectiva portuguesa e no imaginário ficcional criado em torno da sua figura, a total ausência, solidamente sentida, emocionalmente vivida, do político, do sacerdote, do capitão, do nobre, do jurista, do sábio intimamente ligados ao povo, figuras sociais intrinsecamente experimentadas até à instauração da Inquisição, em 1536, e à derrota de Alcácer Quibir. D. Sebastião representa a personificação do rei-bom, o nobre compreensivo, sofredor com os seus cavaleiros, o governante orientador, esclarecedor, inspirador, vigilante, providencial, que se aventura no mesmo feito com o seu povo, ganhando ou perdendo, como procediam, com excepções, os reis da I Dinastia, os nobres, e dirigentes fundadores da de Avis, os nobres e os capitães fidalgos dos navios que demandavam o Atlântico e o Índico. Com a centralização régia de D. João II, a transformação da empresa dos Descobrimentos em império comercial e o Império concebido como simples estratégia militar internacional, nasce o primeiro momento de divórcio entre a elite e a população portuguesa, que a criação da Inquisição consolida, transformando a Igreja em uma instituição repressiva, perseguidora, controladora de crenças e hábitos, esmiuçando o interior do lar, expondo-lhe a intimidade, dividindo famílias. Alcácer Quibir, expressão do desejo de retornar ao tempo da unidade colectiva em acção, remata definitivamente a divisão esboçada, transformando-a em ruptura e ferindo Portugal até à nossa entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1986. O retrato desse tempo anterior, tempo doravante considerado modelar, matéria de que os mitos são feitos, guarda-se em dois livros sagrados: Os Lusíadas, de Camões, figuração da máxima heroicidade atingida por Portugal, buscando e atingindo o Oriente, tornando este seu, como se hoje, buscando e atingindo a Europa, nos tornássemos mais do que ela e para ela modelo; e Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, retrato sem heroísmo de um povo abandonado a si próprio nos confins do Oriente, mercadejando e missionando, usando de manha, perfídia, mentira e fé para sobreviver, povo à uma santo e velhaco, herói e rapace, como o milhão de emigrantes que na década de 1960 fugiram “a salto” de Portugal, entranhando-se pela Europa central sem outra ajuda que o acaso das circunstâncias. Desse tempo de fusão colectiva permanecerá na nossa memória, recriada imaginariamente por uma abundante literatura, a sombra desse reino paradisíaco que fora o Portugal medieval da Fé e da Lei, a bem com Deus, reconquistando territórios em Seu nome, e o Portugal dos Descobrimentos, a bem com o mundo, deste reitor. Depois de Alcácer, subordinados à Inquisição, sentimo-nos mal com Deus, um Deus que deixara de ser vivido e se oficializara nos tratados de teologia e nos regimentos inquisitoriais. Do mesmo modo, por via do Estado, sentimo-nos mal com

o mundo, que nos desprezava, ora nos ameaçando (século XVII), ora nos caluniando de africanos da Europa (séculos XVIII, XIX e XX). Se Portugal persistir vitoriosamente no seu actual caminho europeu, o mito de D. Sebastião tornar-se-á, em menos de um século, o que se tornou o mito da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques na batalha de Ourique: de certidão de nascimento providencial de Portugal, hipostasiado como selo divino da fundação, metamorfoseou-se, do liberalismo até hoje, numa relíquia arcaica não já ensinada nas escolas do ensino básico. Orgulhosamente, se a vitória europeia de Portugal se consumir, terá sido a geração nascida entre 1940 e 1960 a matar D. Sebastião pela segunda vez.

**Miguel Real. *A Morte de Portugal*. Porto, Campo das Letras, 2007: 33-38.**

# A Península como problema europeu

No livro *Nós e a Europa* já tive ocasião de abordar tangencialmente a questão da “Península como problema europeu”, mas aqui desejaria enfocá-la de outra maneira, em função da totalidade peninsular. Quer dizer, não como o historial da nossa relação complexa com a Europa – a título de portugueses, a título de espanhóis, na sua diversidade de castelhanos, catalães, bascos, etc. – mas como a Península no seu relacionamento global com essa Europa. É uma hipótese de trabalho que pode ser discutida mesmo como hipótese.

É sabido que Michelet resumiu a Inglaterra com um pleonasma provocante: “a Inglaterra é uma ilha”. Queria ele dizer que, tendo-se isso em consideração, tudo o mais era mera consequência. A nossa Península não é obviamente uma ilha, todavia uma certa perfeição das suas formas, as que condicionam a nossa imagem dela, faz com que esta imensa Península europeia – o seu ponto extremo da Europa – sugira uma configuração de ilha sobretudo quando ela está completa. Quer dizer, quando não é aquela representação que vem nos mapas meteorológicos da nossa Península em que Portugal ou é um espaço, quase virtual, onde não chove, não correm rios para o Atlântico, ou então aquela outra imagem pura e simplesmente onde a Espanha se representa a si mesma como aquela famosa pele de touro célebre. Aí, sem o nosso rectângulo, nessa altura temos a impressão de ter caído no Atlântico. Mas quando olhamos o mapa da Europa e verificamos o que é essa Península, o que nos fascina, o que nos impressiona, é a sua totalidade, a sua imagem perfeita que se podia imaginar que fosse realmente uma ilha.

Talvez por isso, o mais célebre dos nossos romancistas não fez mais do que ceder à inspiração da geografia imaginando a nossa Península como uma ilha e pondo-a a derivar no Atlântico em direcção ao Sul. Com isso, José Saramago sugeria que a Península não era europeia ou que ele talvez não desejava que fosse. Essa extravagante e original ficção é um discurso acerca da Península (não apenas nem sobretudo de ordem geográfica) suspenso pelo fio de um certo complexo de ressentimento do que somos ou nos sentimos como peninsulares em relação à Europa, mas é igualmente uma reivindicação da nossa autonomia ibérica.

É o que eu nesse livro, *Nós e a Europa*, designei como dupla postulação em relação à Europa: ressentimento e fascínio. No tempo em que nós, peninsulares, tínhamos o sentimento de não sermos vistos ou aceites como europeus de primeira, esse reflexo ou sentimento de diferença e de uma certa excentricidade em relação à Europa tinha a sua explicação, embora não a sua justificação. Isso sucedeu quando a Península entrou no que chamamos a idade barroca separando-se histórica, e sobretudo simbolicamente, de uma Europa que entrava plenamente na era burguesa, que tinha no protestantismo a sua tradução ideológica e, mais do que tudo, por complexas razões, se começava a criar entre a prática científica além-Pirinéus e aquém-Pirinéus uma distância que tanto nos faria sofrer e tão graves consequências geraria, e que ainda hoje, pelo menos no que diz respeito a Portugal, são visíveis.

Começava então a problematizar-se a nossa relação com a Europa e essa Europa a problematizar a Península. Na verdade, quando tomámos maior consciência dessa Europa, já então a duas velocidades, não era tanto a Europa que se constituía num problema para a Península, mas a Península que era problematizada por essa Europa.

Hoje percebemos melhor que aquilo que mais tarde se transformou num tópico de que a Península era uma civilização, uma cultura em processo de decadência, quer dizer, em vias de se afastar do paradigma clássico da modernidade, tinha pouco a ver com o olhar com que a Europa da revolução científica, económica, e depois política e ideológica, considerava a Península. Era sobretudo o nosso próprio olhar de antigos e naturais actores de história da Europa do séc. XV e do séc. XVI, conscientes de ter saído dos seus respectivos esplendores. Foi só bem tarde que um certo discurso das Luzes, já nos finais do séc. XVIII, nos começou a habituar à ideia e a insistir no nosso famoso atraso e a dar-nos conselhos para que o resolvêssemos.

No século XVII – no famoso século do Génio, o de Descartes, Pascal, Leibniz e Newton – mas, sobretudo, o das sociedades científicas que começavam a marcar a paisagem cultural europeia através das quais a ideia e o sentido de progresso entravam na história, ninguém considerava as pátrias de Cervantes, de Lope, de Calderón, de Gracian, de Francisco Manuel de Melo como uma ilha em vias de se separar culturalmente da Europa. O século de Luís XIV não tem leitura sem a osmose profunda entre a cultura peninsular – então no seu esplendor – e os seus Corneille, os seus Racine, os seus Molière; e bastava Cervantes para que não estivéssemos separados, como depois nos julgámos, da Europa mais vanguardista. A Cultura Europeia caminha, como caminhou sempre, a ritmos diferentes e o que era novo era essa tendência para afastar-se da aventura moderna por excelência, aquela que obras como a de Daniel Defoe ilustraram, mas que, vendo bem, provavelmente não existiriam se antes dele um homem, o autor de D. Quixote, não tivesse existido e lançado a Europa no caminho das suas próprias aventuras, ao mesmo tempo reais e oníricas.

Na verdade, mesmo nas épocas de maior distanciação entre as diversas culturas europeias, a trama da sua cultura foi sempre mais unida do que podemos imaginar. Aqueles que têm uma visão comparatista em geral das culturas e das civilizações sabem até que ponto de facto esses famosos abismos e separações, são muitas vezes mais fantasmáticos do que verdadeiramente reais.

Tem alguma razão de ser esta ideia de que à medida que se constituía, a nova Europa era para a Península um problema, não apenas na ordem política, mas famosa expressão que havia alguma coisa que separava a Europa de além-Pirinéus da Europa de aquém-Pirinéus. Talvez devêssemos convir que, antes de mais, a Península onde um dos seus povos ou cada um por sua conta se tinha efectivamente retirado, em parte, da cena europeia, confinando-se ao aquém dos Pirinéus, antecipava a fabulosa deriva que, mais tarde, a *Jangada de Pedra* de José Saramago vai alegorizar. Essa Península “aquém” dos Pirinéus não derivou, não fugiu para os seus domínios da América, pois que já o tinha feito de algum modo no século XVI, mas a partir dessa época refugiou-se neles.

Nós, portugueses, usamos muito a expressão definidora da nossa atitude intrapeninsular: dizemos que vivemos ou temos vivido de costas voltadas para Espanha. Bem mais importante e decisivo foi que cada um de nós mesmos começasse a estar voltado de costas para a Europa, para essa Europa além Pirinéus. A certa altura tinha que chegar o momento em que pensávamos que a Europa nos tinha também voltado as costas – relativamente, entenda-se, pois o fim da colonização espanhola da América, como da colonização menos acentuada de Portugal no Brasil, foi o de encontrar lá as razões de estar presente na Europa.

O destino decidirá também outra coisa, mas os galeões que a Europa de Morgan e Surcuf aprisionavam, traziam também prata para investir e nos integrar, da maneira mais activa possível, justamente nessa mesma Europa. Só nesse sentido, e em termos de política e de guerra, a Europa era problema para nós e nós um verdadeiro problema para a Europa em ascensão. A Península na sua face ibérica, transatlântica e asiática era um objecto de presa ou de contenção. A Península que constituiu a questão para a Europa, se isso tem verdadeiro sentido, foi aquela que desde a chegada à Índia até aos reinados de Filipe II e III tentou

impor e jogar um jogo igual com as potências europeias mais representativas: a Inglaterra ou a França. Portugal, nessa época integrado no projecto político da Casa de Áustria, é então mais europeu do que nunca mais será. Sê-lo-á ainda na Guerra dos Sete Anos, onde a Europa, independentemente do seu espaço de colonização, se bate entre ela ou em família. Nessa altura estávamos a ser Europa como um todo, por força das circunstâncias.

Foi a Revolução e as guerras napoleónicas que puseram fim a esse artificial mas simpático equilíbrio. Com a chegada dessa era, numa Europa que era ainda a da guerra das rendas, e com a Revolução, entrámos na época de ferro europeia, a que está terminando sob os nossos olhos e somos excentrados da história da Europa. É a partir de então que as nossas relações com a Europa, em todo o caso na vertente guerreira, económica, política e até cultural, se problematizam. É então que a Europa se torna um problema para a Península.

Nós, portugueses, temos muita dificuldade em conceber como um todo o corpo peninsular. Como história, como política, mesmo como cultura, em sentido profundo, a Península fora sempre “penínsulas” que se expressara diversamente, quer nos seus conflitos internos, quer nas suas relações diferentes com a Europa e com o mundo. Portugal e Espanha viveram, durante séculos, destinos extremamente análogos, por vezes paralelos, mas sempre como dois actores. Vivemos juntos, por exemplo, o período do fim da colonização espanhola na América? Vivemos juntos, ou a Espanha viveu a nossa perda do Brasil como qualquer coisa que a afectasse a ela directamente? Vivemos nós a perda, inclusive, do fim do grande império espanhol, que tem lugar no final do século XIX, em Cuba, como se fosse qualquer coisa nos atingisse profundamente – e atingia –, mas como o vizinho que suportava a dor e o peso e a reflexão dessa perda? Tomaram os espanhóis as nossas dores quando a Inglaterra nos enviou um ultimato colocando-nos naquele lugar que em termos de força e de potência e de poderio ela considerava que era o nosso, quer dizer o mais subalterno possível e pouco europeu, no sentido imperialista em que a Inglaterra se afirmava? Não.

Como peninsulares, compartilhando a dupla face do conflito, portugueses e espanhóis só realmente viveram e ressentiram em comum uma tragédia espanhola. Refiro-me naturalmente à Guerra Civil. Mas essa tragédia não foi apenas peninsular nem única e verdadeiramente espanhola. Foi um conflito específico onde a Europa e o mundo já estavam implicados e que teria as suas consequências. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e sobretudo o fim do confronto entre leste e oeste, o nosso relacionamento peninsular com a Europa sofreu uma alteração radical. Não tivemos nisso, nós portugueses, nem espanhóis, nenhum papel de actores, porque o sujeito dela foi a própria Europa.

Embora os traços das antigas querelas, ambições, medos e prevenções permaneçam, o actual relacionamento do povo europeu, dos povos europeus uns com os outros e neles, os nossos – de portugueses e espanhóis – essa problematização tradicional da nossa relação com a Europa, mesmo no que nela havia de onírico ou de absurdo, recolheu ao museu da história. É aquilo que eu penso. Que mais não fosse porque a Europa, no seu conjunto, esta nova Europa próspera, continental, empenhada em inventar-se como uma espécie de Nação-Europa –, quando essa utopia perdeu o seu fascínio – recolheu ela própria ao museu da história ou melhor ainda, talvez, real e simbolicamente se tornou no mais magnífico museu da história e é como museu da história que os outros, sobretudo os novos senhores da política mundial, nos visitam e nos utilizam. Enquanto Península, e em termos políticos, nunca tivemos verdadeiramente grandes contenciosos com a Europa, a não ser com essa Europa instalada em si mesma como um mito, até pela simples razão que um tal conflito, em última análise, era absurdo porque há, se nós pensamos na história da Europa no seu conjunto, desde os tempos romanos até hoje, poucos espaços mais europeus, que o da Península, sendo mesmo uma espécie de Europa antes da própria Europa. Foi aqui que os conflitos da antiguidade se terminaram ou se jogaram. Foi aqui que César e Pompeu dirigiram as suas questões para o domínio do mundo antigo. Fomos ceddo integrados nessa Europa. Provavelmente, um dos mistérios desse famoso afastamento é que nós fomos outrora um pouco Europa, antes que uma grande parte dessa Europa fosse Europa.

Nós podemos imaginar que uma parte dessa Europa, analisada do nosso ponto de vista, em todo o caso, aqui no extremo ocidente, era uma espécie de barbárie, definida com vários graus até chegar ao reino de Moscóvia. Como já tínhamos tido os Cartagineses, os Fenícios, os Gregos e depois os Romanos em nossa casa, nós fazemos parte dessa história. Não é a história da Europa como modernidade, da sua invenção com a modernidade. É uma outra história que está firme lá atrás, no horizonte, no passado dessa mesma história. Mas mesmo esse contencioso ficcional, com alguns motivos sérios subjacentes, já não tem agora razão de ser, não porque a Península se tenha diluído na Europa, mas com mais verdade porque a Europa, essa tal da modernidade, nos entrou em casa e se diluiu ela mesma na Península como Europa, Europa que se propôs homogeneizar o resto da outra Europa. Esse contencioso e essa problematização não têm hoje razão de ser, em todo o caso não se podem pôr as relações com a Europa nos mesmos termos em que se punham há cinquenta anos. Nós entrámos efectivamente para a casa comum, se é que alguma vez estivemos longe dela como o supusemos, sobretudo a Espanha, que foi sempre tão intensamente interligada ao destino da Europa, e ao destino mais crucial da própria Europa.

O nosso caso é um pouco diferente porque nós, por vontade dos nossos dirigentes de outrora, por condições do destino, afastámo-nos dos primeiros dessa Europa. Simbolicamente, isto permite uma outra possibilidade de reler tudo o que nos aconteceu desde então e sobretudo esse curioso processo de fascínio e de ressentimento em relação à famosa Europa, quando ela se constitui como Modernidade. Nós fugimos para outro sítio, ou por outra, nós derivámos, passámos a inventar uma outra Europa, uma outra maneira de ser Europa e essa outra maneira de ser Europa está viva. É a América, a América no seu conjunto, desde o norte até ao sul da Patagónia. Essa América não é o nosso passado. É, julgo eu, neste momento, de uma maneira muito forte, o nosso futuro, no sentido mais empírico do termo. Agora estamos já de algum modo normalizados e felizes, em termos europeus daqui. Mas a Europa não está normalizada nem feliz em termos de Europa, aquela que não tem mais horizonte do que essa própria Europa. Mas nós inventámos, construímos – ou através de nós constituíu-se e inventou-se – uma outra Europa, e em última análise, uma Europa outra, a de um novo mundo que não está só no passado.

Se nós pensarmos que, particularmente, a América Latina é filha directa da Península, nós não podemos ser problematizados a esse título. A esse título, já sem o sabermos, essa existência transatlântica fazia com que não sentíssemos tanto as humilhações que tínhamos em relação à outra Europa. Estávamos construindo algo que nós sem sabíamos o que era, maior do que nós, e isso não é o nosso passado, isso é o nosso presente e penso que será realmente o nosso futuro. O nosso futuro está naquilo que inventámos, trazendo à Europa uma Europa que ela não conhecia.

**Eduardo Lourenço. *O Outro Lado da Lua. A Ibéria segundo Eduardo Lourenço*, ed. Maria Manuel Baptista. Porto, Campo das Letras, 2005: 77-83.**

# Curricula

## CRIATIVOS



© Susana Paiva

**Miguel Seabra** (Direcção Artística do TM, Encenação e Desenho de Luz)

Lisboa, 1965. Licenciado em Teatro, Curso de Formação de Actores, pela Escola Superior de Teatro e Cinema. Em 1992, funda o Teatro Meridional, Companhia que dirige e que tem marcado o seu percurso artístico como Actor, Encenador, Designer de Luz, Formador e Produtor. Como actor, participou também nas séries de TV, “Pedro e Inês” (Realiz. João Cayatte - 2005) e “Equador” (Realiz. André Cerqueira - 2008), e no cinema nos filmes “Coitado do Jorge” (Realiz. Jorge Silva Melo - 1993), “Uma Cidade Qualquer” (Realiz. Joaquim Leitão - no âmbito de Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994), “Logo Existo” (Realiz. Graça Castanheira - 2006) e “Singularidades de uma Rapariga Loura” (Realiz. Manoel Oliveira - 2009).

**No TNDM II:** “O Ano do Pensamento Mágico”, de Joan Didion.



© Susana Paiva

**Jean Paul Bucchieri** (Assistência Artística)

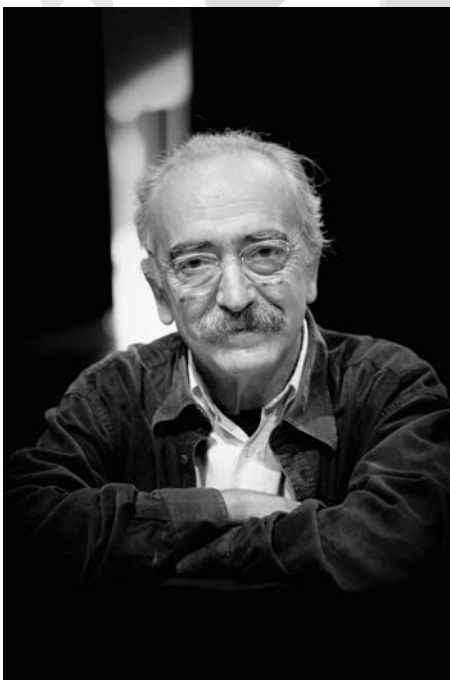
Itália, 1967. Reside em Portugal desde 1993. Doutorando na Faculdade de Motricidade Humana, com uma bolsa de estudo da Fundação Ciência e Tecnologia. Faz parte do Corpo Docente da Escola Superior de Teatro e Cinema. É assessor de programação no Teatro Municipal de Almada. Colaborou com Bob Wilson - como assistente e intérprete - e releva as colaborações com Ana Luísa Guimarães, Jorge Listopad, Maria João Pires, Václav Paz, Joaquim Benite, Natália Luíza e Miguel Seabra. Enquanto intérprete, destaca o trabalho com Olga Roriz e Nuno Carinhas. Encenador e coreógrafo, apresenta regularmente projectos nas áreas da dança e do teatro e tem também trabalhado como pedagogo convidado no país e no estrangeiro, enquanto desenvolve uma intensa investigação pedagógica sobre o trabalho do intérprete a partir do corpo. É a terceira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### **Francisco Luís Parreira** (Dramaturgia)

Moita do Ribatejo, 1965. Licenciado em Filosofia, Pós-graduado em Ciências Diplomáticas, Mestrado em Ciências da Comunicação. Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Nova de Lisboa. Investigador associado do Centro de Estudos da Comunicação e Linguagem (UNL). Professor convidado no Mestrado de Teatro da ESAD-IPL. Autoria de “História do Escrivão Bartleby” (Artistas Unidos), “Tristão e o Aspecto da Flor” (teatromosca), “Lilith, Três Parábolas da Posseção” (ambas na Antena 2) e “O Dia de Todos os Pescadores” (Assédio/ TNSJ). Como co-autor, encenador ou actor, colaborou com as companhias Pogo Teatro, teatromosca, Assédio e Primeiros Sintomas. Publicou poesia e teatro, bem como diversos ensaios na área da filosofia, teoria do teatro e teoria da cultura. Traduziu para o palco ou edição, entre outros, Yeats, Beckett, Bernhard e Pinter. Tem desenvolvido actividade como guionista e crítico literário. É a terceira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### **José Mário Branco** (Música original e Sonoplastia)

Porto, 1942. José Mário Branco é um dos autores – compositores – intérpretes que, na esteira de José Afonso, renovaram a canção portuguesa nos anos 60 e 70. Exilado em França entre 1963 e 1974, José Mário Branco funda aí a Cooperativa Cultural Groupe Organon. Em 1965, faz surgir o primeiro grupo de teatro amador português em França e dirige, igualmente, a primeira experiência de pré-animação cultural da Ville Nouvelle de Saint-Quentin-en-Yvelines. Foi também autor, compositor e intérprete da música de numerosas peças de teatro e filmes, em França e em Portugal. Regressado a Portugal, José Mário Branco fundou o GAC (Grupo de Acção Cultural) que, entre 1974 e 1977, realizou mais de 500 espectáculos em todo o país e no estrangeiro. Em 1977, integrou a Companhia Comuna Teatro de Pesquisa, onde permaneceu como músico e actor até 1979. Nesse mesmo ano, funda o Teatro do Mundo, onde exerce uma actividade preponderante. Apesar do interregno na gravação de discos seus, José Mário Branco nunca se afasta demasiado da canção. No ano de 1996, foi finalmente editada em CD toda a sua obra até àquele momento, incluindo gravações que há muito andavam dispersas ou fora do mercado. Paralelamente à sua actividade de autor, compositor e intérprete, assina várias produções discográficas nomeadamente para os discos de Camané, Amélia Muge e Canto Nono, assim como diversas bandas sonoras para peças de teatro e cinema.



© Susana Paiva

#### **Marta Carreiras** (Espaço Cénico e Figurinos)

Lisboa, 1975. Licenciada em Design de Cena, pela Escola Superior de Teatro e Cinema, pós-graduada em Estudos Teatrais pela Faculdade de Letras de Lisboa. Estreia-se profissionalmente, enquanto cenógrafa e figurinista, em 1997, com o Teatro Meridional, com quem desenvolve uma relação profissional de identidade criativa que dura até aos dias de hoje. Entretanto, tem trabalhado também com os criadores Ana Nave, Nuno Pino Custódio, Pedro Sena Nunes, Teatro Praga, Truta, Núria Mencia, Miguel Seabra e Natália Luiza.

**No TNDM II:** “A Visita”, de Abel Neves; “Loucos por Amor”, de Sam Shepard.



© Susana Paiva

#### **Susana Paiva** (Fotografia)

Moçambique, 1970. Estudou Psicologia na Universidade de Coimbra. Trabalha profissionalmente como fotógrafa desde 1991, tendo trabalhado, sistematicamente, nas áreas da fotografia de espectáculo e fotojornalismo. Desde 2006 que desenvolve projectos pessoais na área documental, sendo o seu trabalho fotográfico distribuído internacionalmente pela agência austríaca Anzenberger. Em Janeiro de 2009, fundou o “The Portfolio Project”, plataforma educativa internacional na área da fotografia. É a segunda vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### Carla Galvão

Lisboa, 1980. Tem o curso de actores da Escola Superior de Teatro e Cinema. Estreou-se profissionalmente em 1999 com a peça “Abril” (Teatroesfera). Tem colaborado como atriz em vários trabalhos dirigidos por João Lagarto, Maria Emília Correia, Madalena Vitorino, Francisco Luís Parreira, Gonçalo Amorim, Maria Gil, Tonan Quito, Luisa Pinto, e mantém um trabalho regular com as companhias Artistas Unidos, Teatro Meridional e Teatro dos Aloés, tendo trabalhado textos de autores como Anton Tchekhov, Athol Fugard, Bertolt Brecht, Enda Walsh, Jacques Prévert, José Luís Peixoto, Judith Herzberg, Pepetela e Sarah Kane. Foi nomeada para os Globos de Ouro na categoria de melhor atriz de teatro nos anos 2004 e 2007. No cinema, trabalhou com Solveig Nordlund, Luís Fonseca, Luis Alvarães, João Constâncio, Edgar Medina e Jeanne Waltz. Recebeu uma menção especial do Prémio Nacional da Crítica 2008 da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro e o Prémio Bernardo Santareno 2009 - Atriz revelação. É a sexta vez que colabora com o Teatro Meridional.

**No TNDM II:** “Canção do Vale”, de Athol Fugard.



© Susana Paiva

### Cláudia Andrade

Lisboa, 1979. Diplomada em Interpretação/Teatro do Gesto pela Escola Estudis de Teatre (Barcelona), desde 1993 que participa como atriz em diversos projectos com o Teatro da Cornucópia, Trigo Limpo teatro ACERT, Teatro do Morcego, Próxima Estação Associação Cultural, Théâtre de la Mezzanine, Companhia Jordi Bertrán e Quarto Período – O do Prazer. Trabalhou com Luis Miguel Cintra, António Fonseca, Christine Laurent, Pompeu José, José Rui Martins, Almeno Gonçalves, Adriano Luz, Peter Michael Dietz, Cláudio Hochman, Luís Assis, entre outros. Desenvolveu diversos projectos na área pedagógica e de intervenção comunitária, estando neste momento a terminar o mestrado em Teatro e Comunidade na Escola Superior de Teatro e Cinema. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### David Pereira Bastos

Lisboa, 1978. Tem o curso de actores da Escola Superior de Teatro e Cinema. Inicia-se no CITAC, em Coimbra, onde trabalha com Bruno Schiappa, João Grosso, Carlos Curto, Teresa Faria. Em Lisboa, desde 2001, trabalhou com Nuno Pino Custódio, Filipe Crawford, Claudio Hochman, Jorge Fraga, José Peixoto, João Brites, Mónica Calle, Ricardo Aibéo, Gonçalo Amorim e Jorge Silva Melo. Para a Casa Conveniente encena “como só agora reparo”, a partir de “Gaspar”, de Peter Handke, e “porque é que não estás contente?”, a partir d’ “A Gaiivota”, de Tchékhov. Em cinema, trabalhou com João Constâncio, Manuel Pureza, Francisco Villa-Lobos e João Salaviza. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.

**No TNDM II:** “Rei Édipo”, de Sófocles; “Criadas Para Todo o Serviço”, de Goldoni.



© Susana Paiva

### Emanuel Arada

Lisboa, 1978. Tem o curso de actores da Escola Superior de Teatro e Cinema. Iniciou a sua experiência como actor em 1998 no Teatro do Gil, com Paula Vinagre, Francisco Luís Parreira e Paula Sousa. Em 2001, estreia-se como actor profissional e inicia uma colaboração regular na Companhia Teatrosfera onde é dirigido por Fernando Gomes, Paulo Oom, Almeno Gonçalves, Teresa Faria e João Ricardo. Colaborou também com os projectos Actus, Associação Tenda, Teatromosca, PROTO-Associação Teatro Observatório, Teatro Instável, Karnart, Companhia Teatral do Chiado e Teatro da Garagem. A sua actividade como actor inclui ainda participações especiais para televisão, teatro radiofónico e cinema, onde se estreia em 2006. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### Filipe Costa

Coimbra, 1980. Inicia-se no teatro em 1999, no TEUC. Em 2006, termina a licenciatura em Teatro e Educação na Escola Superior de Educação de Coimbra. Durante o seu percurso, trabalhou com Rogério de Carvalho, António Mercado, António Fonseca, Nuno Pinó Custódio, Marco António Rodrigues e Luis Miguel Cintra. Trabalhou também como sonoplasta, compositor e director musical de espectáculos d' "O Teatrão". No cinema, integrou o elenco do filme "Embargo", de António Ferreira. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### Inês Lua

Porto, 1977. Licenciada em Interpretação/Estudos teatrais pela ESMAE - Escola Superior de Música e das Artes do espectáculo -, e especializada em Teatro de Rua pela ACE - Academia Contemporânea dos Espectáculos. Profissional desde 1998, destaca os trabalhos realizados com as companhias Cie de Si de Lá, Fura dels Baús, Frishes Théâtre Urbain, Les Plasticiens Volants, Kumulus, Natural Theatre Company, Teatro Bruto, Teatro do Bolhão e Teatro do Frio e com os profissionais Alan Richardson, Joana Providência, José Carretas, Jacques Sauvant, M. João Vicente, Michel Ragi, Marc Miralles, Nicolaus-Maria-Holtz, Palina Klimovitskaya, Paula Castro, Paula Simms, Peta Lily, Sandra Mladenovich e Sarah Tourton. Desde 2003, é actriz efectiva da companhia francesa de Teatro de Rua Les Plasticiens Volants. Co-encenou o espectáculo de Teatro de Rua "O Último Barco" e tem realizado nos últimos anos várias assistências de movimento a diferentes espectáculos. Desde 2007 que é professora da disciplina de movimento e do módulo de improvisação na ESMAE. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### **Inês Mariana Moitas**

Viseu, 1983. É licenciada em Estudos Teatrais pela ESMAE - Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo. Como atriz, destaca o trabalho realizado com Rita Azevedo e José Azevedo (ACROF. Oliveira de Frades 1994 - 1998), Fernando Carmino Marques (ACERT/1999), Romulus Neagu (Teatro Viriato/2000), António Durães, TNSJ (2005), João Garcia Miguel (2006), Nuno Preto (Mau Artista/ Porto 2006), Fernando Moreira (Primeiro Andar, T Zero/Porto 2007), Nuno Carinhas (TNSJ 2007), Giorgio Barberio Corsetti (TNSJ 2008), Primeiro Andar/ Cristina Carvalho, (Porto 2008), Circolando (2008/10), e em cinema com o realizador Rodrigo Areias. Tem desenvolvido ainda trabalhos na área de figurinos para as Companhias Circolando, Primeiro Andar, Mau Artista, Teatro do Frio e para o programa de televisão "Telerural". É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### **João Melo**

Porto, 1972. Tem o curso de Estudos teatrais da ESMAE - Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo. Começou a trabalhar em teatro no ano de 1994, em Guimarães, com o espectáculo "A Oficina", sob a direcção de Moncho Rodríguez. Em 2005, participou no projecto Thierry Salmon, com direcção de Carlo Cechi. Trabalhou com os encenadores José Carretas, Rogério de Carvalho, Nuno Cardoso, Kuniaky Ida, Peta Lilly, Sarrazac, Julio Castronuovo, Rui Madeira, António Durães, Amandio Rodriguez, entre outros. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### **Miguel Damião**

São Miguel (Açores), 1971. Tem a licenciatura em Teatro pela Escola Superior de Teatro e Cinema. Trabalha como actor profissional desde 2001. Em televisão, tem participado em novelas como “Olhar da Serpente”, “Mundo Meu” e “Mar de Paixão”, ou séries como “Casos da Vida” e “Liberdade 21”. No teatro, estreou-se, em 2002, com o espectáculo “Mão na Luva”, encenação de António Terra. Trabalhou, desde então, no Teatro Aberto com João Lourenço, no Teatro Municipal de Almada com Joaquim Benite, com os Artistas Unidos e Jorge Silva Melo, no Teatro da Garagem com Carlos J. Pessoa, no Teatro de Cascais com Carlos Avillez e com a Mala Voadora e Jorge Andrade. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### **Rui M. Silva**

Ovar, 1975. Tem o curso de interpretação na ACE - Academia Contemporânea do Espectáculo. Durante o curso, obtém o diploma de Combate de Cena - Performing Certificate Stage Fighting, passado pela Society of British Fighting Directors; é seleccionado para o projecto P.I.E.T.A., na Dinamarca. Já trabalhou com os encenadores António Capelo, Rogério de Carvalho, Jerzy Klesley, Alexandro Dabija, Joana Providência, Júlia Correia, José Mora Ramos, Nuno Pino Custódio e Miguel Seabra. É a terceira vez que colabora com o Teatro Meridional.



© Susana Paiva

### Susana Madeira

Porto, 1980. Licenciada em Design de Comunicação na ESAD – Escola Superior de Artes e Design - e em Estudos Teatrais na ESMAE-Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo. Já trabalhou com Diogo Dória, Nuno Preto, Inês Vicente, Rosário Costa e colaborou com a Associação PELE em diversos projectos. Dá oficinas de Expressão Dramática a vários grupos. É membro fundador da Associação Cultural – Tenda de Saias e faz parte do NTO – Porto, colaborando em diversos projectos de Teatro-fórum. É a primeira vez que colabora com o Teatro Meridional.

## **EQUIPA TEATRO NACIONAL D. MARIA II**

direcção artística **DIOGO INFANTE**

conselho de administração  
**MARIA JOÃO BRILHANTE**  
**MÓNICA ALMEIDA**  
**JOÃO VILLA-LOBOS**

assessoria artística **NATÁLIA LUIZA \***  
 assessoria de comunicação **RUI CALAPEZ \***  
 assessoria da administração **FERNANDA CARVALHO**  
 secretariado **CONCEIÇÃO LUCAS**  
 auxiliar administrativo **LUÍS FREDERICO**  
 motorista **RICARDO COSTA**

actores **JOÃO GROSSO, JOSÉ NEVES, MANUEL COELHO, MARIA AMÉLIA MATTA, PAULA MORA**

direcção de produção **CONCEIÇÃO CABRITA**  
 produção executiva **MANUELA SÁ PEREIRA, RITA FORJAZ**  
 assistente de produção **MARIA JOÃO SANTOS**

direcção de cena **ANDRÉ PATO, CARLOS FREITAS, ISABEL INÁCIO, MANUEL GUICHO, PAULA MARTINS, PEDRO LEITE**  
 auxiliar de camarim **PAULA MIRANDA**  
 pontos **CRISTINA VIDAL, JOÃO COELHO**  
 guarda-roupa **ELISABETE LEITE, GRAÇA CUNHA**

direcção técnica **JOSÉ CARLOS NASCIMENTO, VERA AZEVEDO**  
 adereços **ILDEBERTO GAMA, ABÍLIO GARCIA, VIRGÍNIA RICO**  
 som **RUI DÂMASO, ANTÓNIO VENÂNCIO, PEDRO COSTA, SÉRGIO HENRIQUES**  
 luz **JOÃO DE ALMEIDA, DANIEL VARELA, FELICIANO BRANCO, LUÍS LOPES, PEDRO ALVES**  
 maquinaria e mecânica de cena **VÍTOR GAMEIRO, JORGE AGUIAR, MARCO RIBEIRO, PAULO BRITO, NUNO COSTA, RUI CARVALHEIRA**  
 manutenção electrónica e de cena **MANUEL BEITO, MIGUEL CARRETO**  
 auxiliar/motorista **CARLOS LUÍS**

direcção de comunicação e imagem **RAQUEL GUIMARÃES**  
 assessoria de imprensa **JOÃO PEDRO AMARAL**  
 produção de conteúdos **MARGARIDA GIL DOS REIS \***  
 design gráfico **MARGARIDA KOL, SUSANA VEIGA \***

direcção administrativa e financeira **JOÃO VALADAS, CARLOS SILVA, EULÁLIA RIBEIRO, IDALINA FIALHO, ISABEL ESTEVENS**

tesouraria **IVONE PAIVA E PONA**  
 recursos humanos **ANTÓNIO MONTEIRO, MADALENA DOMINGUES**

direcção de manutenção **SUSANA COSTA, ALBERTINA PATRÍCIO, CARLOS HENRIQUES, LUÍS SOUTA, RAUL REBELO, VÍTOR SILVA**  
 informática **NUNO VIANA**  
 técnicas de limpeza **ANA PAULA COSTA, CARLA TORRES, LUZIA MESQUITA, SOCORRO SILVA**  
 vigilância **SECURITAS \***

direcção de relações externas e frente de casa **ANA ASCENSÃO, CARLOS MARTINS, DEOLINDA MENDES, FERNANDA LIMA**

bilheteira **RUI JORGE, MARIA SOUSA, NUNO FERREIRA**  
 frente de sala **COMPLET'ARTE \***  
 recepção **DELFINA PINTO, ISABEL CAMPOS, LURDES FONSECA, PAULA LEAL**

direcção de documentação e património **CRISTINA FARIA**  
 livraria **ANA GODINHO, RICARDO CABAÇA, SANDRA SILVA**  
 biblioteca | arquivo **ANA CATARINA PEREIRA, FERNANDA BASTOS**

*\* prestações de serviços*



design: Susana Veiga

**Teatro Nacional D. Maria II\***  
Praça D. Pedro IV  
1100-201 Lisboa  
Tel.: +351 21 325 08 00  
[www.teatro-dmaria.pt](http://www.teatro-dmaria.pt)

\*Encerra à 2ª

<small>em produção</small> <b>MERIDIONAL</b> TEATRO	<small>ALGUM MÉRITO É UM ESPRITO INVISÍVEL ALÉM DA BASTÃO DA LUTUA E DO SÁBADO</small> <b>deARTES</b> INICIATIVA CULTURAL DO ATELAS	<small>INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO TERTIÁRIO</small> <b>RTP</b>	<small>MEIOS DE TERTIÁRIO</small> <b>SECL</b>	<small>RAIO OFICIAL</small> <b>ANTENA 1</b>	<small>APÓDIO DE REPRESENTAÇÃO</small> Câmara Municipal <b>Lisboa</b>	<small>CC Concept</small> Lisboa	<b>Delta</b>	<b>mop</b> MUSEU DE ARTE MODERNA DE LISBOA	<b>MC</b>
<small>MEMBROS TERTIÁRIO</small> <b>HOTEL DO CHADO</b>	<b>magnum</b>	<small>Marina Cruz</small>	<b>TRICANA</b>	<b>Vitalis</b>	<b>TEATRO</b>				